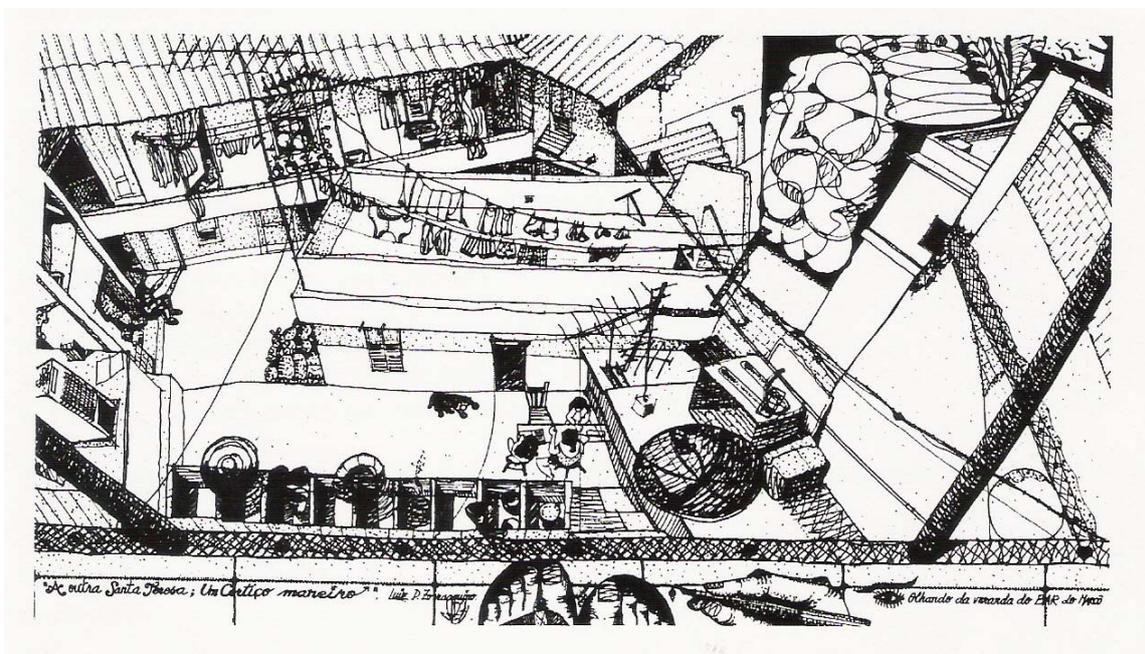


PROGRAMA PARA ANÁLISE DE REVALIDAÇÃO DE DIPLOMAS

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Departamento de História e Teoria

A EVOLUÇÃO DA CASA NO BRASIL



Candidato: Luis D. Zorraquino

Professores Orientadores: Francisco S. Veríssimo e Wiliam Bittar

Julho 2006

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.

1.1 O conteúdo do trabalho.

1.2 Divisão em tópicos.

a. Relação da moradia com seu contexto histórico, político e social, em função da evolução histórica do Brasil, através da divisão nos períodos ou etapas históricas mais relevantes:

b.- Relação da moradia com os aspectos funcionais - tipológicos, construtivos e estéticos.

1.3 Alguns aspectos gerais que condicionaram a moradia no Brasil.

a. O território.

b. A dependência histórica e o sincretismo social.

c. A dualidade social.

d. A concentração nos últimos anos, da população e das moradias urbanas nas grandes cidades.

2. ANTES DE 1500: O BRASIL INDÍGENA.

3. 1500 - 1822: BRASIL COLÔNIA.

3.1. A evolução da casa neste período: Aspectos funcionais e tipológicos.

a. Colônia de plantação de açúcar.

b. Colônia de mineração.

3.2. Materiais e Técnicas construtivas.

3.3 Estilos e Autores.

4. 1822-1889. BRASIL IMPERIO.

4.1 A evolução da casa neste período: Aspectos funcionais e tipológicos.

4.2 Materiais e Técnicas construtivas.

4.3 Estilos e autores.

5. 1889-1930. A REPÚBLICA VELHA.

5.1. A evolução da casa neste período: Aspectos funcionais e tipológicos.

5.2. Materiais e Técnicas construtivas.

5.2. Estilos e autores.

6. 1930-2006: REPÚBLICA NOVA, DITADURA MILITAR E DEMOCRACIA BURGUESA.

6.1. A evolução da casa neste período: Aspectos funcionais e tipológicos.

a. 1930-1964: República Nova.

b. 1964-2006: Ditadura Militar e Democracia Burguesa.

6.2. Materiais e Técnicas construtivas.

a. República Nova.

b. Ditadura e Democracia Burguesa.

6.2. Estilos e autores.

a. República Nova.

b. Ditadura e Democracia Burguesa.

7. ARQUITETURA POPULAR CONTEMPORÂNEA.

7.1 A Arquitetura Nova.

7.2 Os mutirões autogeridos.

7.3 Pensando no futuro.

8. CONCLUSÃO.

BIBLIOGRAFIA.

ANEXO. Breve Historia de Brasil

1. INTRODUÇÃO.

1.1 O conteúdo do trabalho.

O tema do trabalho escolhido para a revalidação de meu diploma abrange, no sentido mais amplo da palavra, a “*Evolução da casa, da moradia, no Brasil*”, identificando o conceito tipológico da casa com a moradia em geral ¹.

Para analisar a evolução da casa no Brasil, precisamos aproximar as fontes bibliográficas mais específicas, recolhidas no texto e, em sua maior parte, indicadas pelos professores orientadores. Também utilizaremos outras fontes, relacionadas não apenas com a casa, mas com o contexto histórico e social em que ocorre a construção da moradia.

Assim, tomaremos partido, inevitavelmente, por uma análise, que coloque a componente social à mesma altura que outros condicionantes do fato construtivo, em especial aquele que inclusive profissionalmente entende a moradia como uma necessidade básica do ser humano, independentemente da época e da posição social ou de classe que ocupem os humanos moradores da casa.²

1.2 Divisão em tópicos.

Para estudar a “Evolução da casa no Brasil”, entendemos que precisamos analisar de forma coerente e dialética os seguintes conceitos:

a. Relação da moradia com seu contexto histórico, político e social, em função da evolução histórica do Brasil, e através da divisão nos períodos ou etapas históricas mais relevantes:

Antes de 1500. Brasil Indígena.

1500 – 1822. Colonização – Dependência Portuguesa.

1822 – 1889. Independência controlada e Império.

1899 – 1930. República Velha.

1930 – 1964. República Nova.

1964 – 1984. Ditadura Militar.

1984 até hoje. Democracia Burguesa.

¹ Temos a certeza de que, ainda hoje, a casa como moradia unifamiliar, segue sendo a tipologia absolutamente majoritária de resolução da moradia, não somente no Brasil, como em praticamente todo o contexto latino-americano. Veja-se: Segre, Roberto. *Habitat Latino-Americano. Fogo, sombra, opulência e precariedade*. Faculdade Ritter dos Reis. Porto Alegre, 1.999. Pág. 62.

Também pode consultar-se: Salas Serrano, Julián. “Contra el hambre de Vivienda. Soluciones tecnológicas latinoamericanas”. *Tecnologías para viviendas de interés social*. Escala, Bogotá, 1992.

² Não por casualidade, mas por posição social privilegiada, a arquitetura e os arquitetos estiverem quase sempre ligados aos grupos de poder econômicos e ideológicos, plasmando nas suas obras essa mesma ideologia do poder, em especial a grandeza das obras e a beleza dos estilos, quase sempre esquecendo que as camadas populares nunca precisaram deles, já que o próprio povo construiu suas moradias, (a imensa maioria delas) nas condições mais precárias.

Analisamos em cada uma das etapas históricas indicadas, ou, quando conveniente, no agrupamento delas, os principais fatos históricos e sociais que condicionaram a evolução do sistema sócio-econômico do país e sua materialização no modelo territorial brasileiro, assim como da própria evolução da casa.

A história não é neutra nem deve ser esquecida. Tentaremos, pois, resgatar os conteúdos da história que permitam compreender os aspectos "éticos" da evolução e da construção da moradia, em função principalmente desse contexto sócio-econômico e das "soluções tipológicas" diferentes, para as também diferentes "classes sociais".³

No final do texto principal, como um Anexo relativo a "Breve Historia de Brasil", incluímos o conteúdo deste apartado.

b.- Relação da moradia com os aspectos funcional-tipológicos, construtivos e estéticos.

Os aspectos funcional-tipológicos da moradia estão relacionados diretamente com os condicionantes sociais e ambientais.

Condicionantes sociais que definem o programa, os usos e o tamanho, das diferentes peças ou quartos da moradia, em fim, a sua "tipologia social", em função dos costumes e das possibilidades materiais e econômicas dos moradores, segundo a classe social a que pertencem.

E os condicionantes ambientais ou naturais do local; sol, temperatura, umidade, arejamento, chuva etc., assim como os materiais e tecnologias de construção, próprios do local. Elementos que sempre estiveram presentes na construção das moradias, em especial das mais populares. Achamos que, as moradias mais conseqüentes com a economia energética e com o respeito ao meio ambiente, são aquelas que se adaptam e utilizam eficientemente estes recursos locais e naturais através da denominada arquitetura ecológica ou bioclimática.

No entanto, dado o caráter mais restrito desta pesquisa, realizaremos só uma análise dos materiais e técnicas construtivas que em cada período histórico permitem materializar as diversas tipologias arquitetônicas da moradia.

Por último, incorporaremos, também, a incidência na moradia e na arquitetura dos diferentes estilos e partidos arquitetônicos nacionais e internacionais, normalmente vinculados à arquitetura realizada por mestres de obra, arquitetos e engenheiros para as classes abastadas e para os poderes públicos.

Até aqui, estabelecemos uma metodologia para a abordagem do trabalho, que tentaremos concretizar nas diferentes etapas históricas estabelecidas anteriormente.

Não entanto, consideramos oportuno realizar previamente uma série de comentários sobre aspectos gerais e fundamentais, que, achamos, determinaram a construção da moradia, da casa, no Brasil.

³ A moradia, a casa, é uma necessidade básica fundamental do ser humano, mas poucas sociedades capitalistas prestam atenção a esta necessidade, que, como outras, fica convertida numa mercadoria bastante cara e em um problema individual que cada qual resolve com os meios de que dispõe.

1.3 Alguns aspectos gerais que condicionaram a moradia no Brasil.

a. O território.

O território do Brasil, com cerca de 40% da superfície do subcontinente latino-americano, tem uma imensa abrangência e uma grande variedade de regiões. Predomina um clima tropical úmido, com escassa altitude, muita umidade, chuva, vegetação e insolação. O solo está composto fundamentalmente de materiais aluviais (terras e argila) e também de rochas metamórficas (granito, gnaisses) e calcárias ou calizas. Estes condicionantes do território marcaram sempre as características da arquitetura e da moradia mais tradicionalmente brasileira.

b. A dependência histórica e o sincretismo social.

Brasil foi conquistado e colonizado, faz já quinhentos anos. A longa duração do período colonial implicou uma grande dependência econômica, social e cultural em relação a Portugal⁴, especialmente quanto ao modelo econômico exportador agrícola e mineral, ao processo paulatino e duro de conquista do imenso território, às vezes muito hostil, assim como ao modelo territorial estabelecido, com predomínio do rural em relação ao urbano.

Ao mesmo tempo, se produz, por parte dos portugueses, a dominação, extermínio e, também, a miscigenação das diversas tribos de índios que povoavam o território do Brasil. Posteriormente, este processo de sincretismo social, continuará com os negros escravos e ainda mais tardiamente com os muitos imigrantes europeus e asiáticos que virão para o Brasil.⁵

A arquitetura, como qualquer outra manifestação social, foi influenciada pelas contribuições portuguesas e de outros grupos étnicos que chegaram ao Brasil, constituindo um verdadeiro sincretismo arquitetônico, adaptado no possível às condições materiais e ambientais do país.

c. A dualidade social.

Como conseqüência do intenso processo colonizador realizado pelos portugueses e da implantação de um modelo agrícola tropical estável, baseado inicialmente no latifúndio, no patriarcalismo e na escravidão, e das sucessivas modificações da base econômica (açúcar, algodão, café, minerais, etc.), se criou um modelo de desenvolvimento econômico e social, totalmente dependente dos interesses da burguesia portuguesa e européia, dos interesses metropolitanos.

⁴ Esta dependência histórica, seja dos portugueses, holandeses e ingleses na época da colônia, seja dos americanos, como aconteceu mais recentemente, ainda se mantém. A dívida externa do Brasil, que já começou a existir na época da colônia, continua aumentando na atualidade.

⁵ “O mesmo empreendimento colonizador que dizimou em três séculos, três milhões de nativos foi responsável pela importação, nos mesmos três séculos, de três milhões de escravos africanos, cuja sorte não foi melhor”. José Murilo de Carvalho em Revista de SEPE. N° 5 e 6. Rio de Janeiro. 1999, 2000.

Ao mesmo tempo, os conquistadores - senhores, fazendeiros, exército e igreja -, representantes desses interesses no Brasil, basearam a conquista do território e a produtividade de seus empreendimentos na submissão e utilização dos indígenas e negros como escravos, origem da dualidade social sempre existente no Brasil, que ainda hoje faz parte da nossa sociedade e manifesta-se nas grandes desigualdades sociais.⁶

d. A concentração nos últimos anos, da população e das moradias urbanas nas grandes cidades.

A persistência do modelo produtivo açucareiro e cafeeiro nos grandes latifúndios⁷ agrícolas durante os séculos XVI a XIX, definiu no Brasil, um modelo territorial fundamentalmente rural, que mal encontrou contestação nas cidades administrativas do litoral e, posteriormente, na implantação de novos núcleos urbanos no interior do país, especialmente no século XIX, na época da mineração.

A passagem do modelo territorial rural ao urbano produz-se fundamentalmente na segunda metade do século XX, quando o processo de industrialização do país já está bastante avançado, precisando da concentração da mão-de-obra nas cidades. É aí que se dá o forte processo de imigração do campo à cidade para constituir o exército de reserva necessário para o trabalho assalariado nas fábricas e nos serviços.

Em conseqüência, também mudam as formas de moradia, em tipologias mais urbanas, mais coletivas e ao mesmo tempo mais demandantes de equipamentos, serviços e infra-estruturas urbanas coletivas.

A cidade industrial e especulativa se segmenta em territórios excludentes, separando as classes abastadas das camadas populares. Invasões, loteamentos ilegais, favelas, cortiços, etc., são as respostas dessas camadas ante a falta de iniciativas dos organismos públicos responsáveis.

As nossas grandes periferias urbanas atuais são expressão da explosão da desordem urbana de todo tipo, que teve sua origem no citado processo de industrialização e que ainda hoje continua sendo um dos principais problemas do país.⁸

⁶ De acordo com o próprio IBGE, em 1995, os 10% mais ricos detêm 49,8% da renda nacional e os 10% mais pobres detêm somente 0,7%. Em 2005, segundo a ONU, perto de 52 milhões de brasileiros são pobres ou indigentes.

⁷ Segundo os dados do Censo Agropecuário do IBGE, de 1985, os três milhões de pequenos proprietários que possuem menos de 10 hectares têm somente 3% das terras, enquanto 50 mil grandes proprietários, com mais de 1.000 hectares, têm 43,5% de todas as terras do país. Esta é também uma das causas fundamentais do forte processo migratório para as cidades.

⁸ No Brasil, nos últimos 50 anos a taxa de população urbana do país aumentou de 30% para 80%.

2. ANTES DE 1500: O BRASIL INDÍGENA.⁹

No dia 22 de Abril de 1500, Cabral "descobre" oficialmente as terras brasileiras. Anteriormente, Colombo e outros navegantes e conquistadores, descobriram também um amplo subcontinente onde havia cerca de 50 milhões de habitantes. Hoje, 500 anos depois, desde certos setores sociais populares, argumenta-se que falar em "descobrimento" implica dizer que essas gentes e civilizações só tinham passado a ter existência real após a chegada dos europeus.

Evidentemente que as diversas nações índias que povoavam Brasil antes da conquista portuguesa, tinham já a sua própria civilização e cultura ameríndia. Naquela época já existiam as grandes civilizações ameríndias dos astecas, maias, incas e araucanos, que povoavam grande parte da América Latina em avançado estado de evolução social, e que seguramente tinham estabelecido contato incipiente com as principais nações indígenas do Brasil. Estas nações brasileiras estavam formadas fundamentalmente pelos Tupis-Guaranis do Litoral (possivelmente os mais numerosos), os Jês ou Tapuias do Planalto, os Nuaruaques da Bacia Amazônica e os Caraíbas do norte do rio Amazonas, tal como atestam os restos encontrados nos sítios arqueológicos. Povos pré-históricos procedentes dos mongóis que teriam entrado pelo estreito de Bering ou procedentes das ilhas Aleutas. Sua cultura, praticamente na idade da pedra, não utilizava ainda os metais, não conheciam a escrita e eram seminômades.

Quanto as suas moradias, formavam parte delas as ocas ou malocas (do tupi, oka: cabanas ou palhoças de índios, segundo o novo dicionário Aurélio), e as palafitas (estacaria que sustenta as habitações lacustres, segundo também o novo dicionário Aurélio), estas últimas excepcionais e mais típicas das áreas lacustres e pantanosas, onde às vezes se localizavam, para melhor protegerem-se, as tribos mais antigas.

As ocas, das quais temos mais referências pelos textos dos Jesuítas, eram grandes casas coletivas em redor dum terreiro e protegidas por paliçadas, onde moravam tribos inteiras. Serviam de proteção contra os animais, as tribos inimigas, a inclemência da natureza etc., desenvolvendo-se dentro delas todas as funções normais da moradia: dormir, cozinhar, comer, trabalhar, brincar, etc.

Gilberto Freire, nos indica em seu magnífico livro *Casa Grande & Senzala*, que as ocas eram construídas em planta térreo, com paredes de caibros de madeiras de cipó, timbó e sapé, entrelaçado com fibras vegetais e com amplas coberturas de palha de pindoba, estando habitadas por um considerável número de indígenas, praticamente em regime coletivo ou comunista, como o próprio Freire fala:

"E nas ocas ou habitações coletivas dos índios, casas grandes, mas bem diversas, pelo seu caráter comunista e pela sua composição vegetal, das fortes, sólidas de taipa ou de pedra e cal, que o imperialismo colonizador dos europeus instalaria ao lado dos engenhos de açúcar,... Eram oitenta, cem pessoas que habitavam as ocas imensas... e muitas as crianças". (Gilberto Freire. *Casa Grande e Senzala*. 1999. pág. 133, 134).

⁹ As poucas fontes primárias utilizadas nesta seção se corresponderiam com os textos deixados pelos Jesuítas.

Esta forma de morar dos indígenas, adaptada às condições naturais do lugar (com clima quente e chuvoso) e às suas formas de organização social e cultural, utilizando tecnologia e materiais simples e naturais, de custo mínimo, de simples conservação e inclusive de fácil e rápida execução (adaptando-se à vida nômade e seminômade dos indígenas), onde moravam de forma comunitária, é um grande exemplo da capacidade destes povos e de suas culturas para resolver de forma tão simples e inteligente o desafio da moradia.

Evidentemente, a moradia dos indígenas brasileiros era bem diferente da moradia que os colonizadores começaram a implantar após a sua chegada, assim como eram absolutamente diferentes suas culturas. O mesmo poderíamos dizer da influência que ambas civilizações exerceram uma sobre a outra; mas, no caso da moradia, como em tantos outros, os colonizadores, e especialmente os jesuítas, modificaram totalmente as ocas dos indígenas, primeiro através da criação de aldeias e depois das famosas “missões jesuíticas”.

"Esse desenraizamento (dos índios) viria com a colonização agrária, isto é, a latifundiária; com a monocultura representada principalmente pelo açúcar. O açúcar matou o índio. Para livrar ao indígena da tirania do engenho é que o missionário o segregou em aldeias. Outro processo, embora menos violento e mais sutil, de extermínio da raça indígena no Brasil: a sua preservação em salmoura, mas não já a sua vida própria e autônoma." (Ibid. 1999, pág. 157).

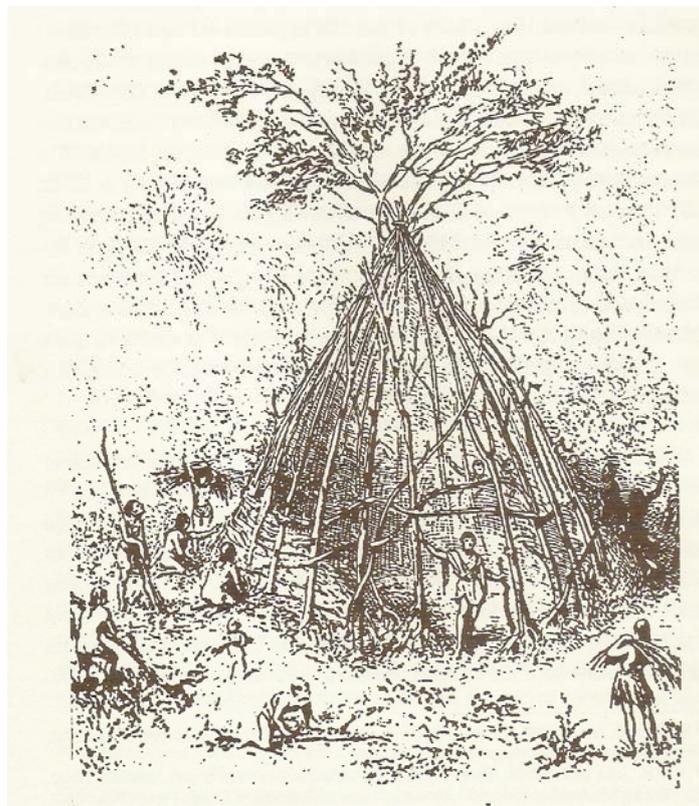


Imagem 1: Oca dos índios. (Segre, Roberto, 1999, p. 61).

3. DE 1500 ATÉ 1822: BRASIL COLÔNIA

3.1. A evolução da casa neste período: Aspectos funcionais e tipológicos.

a. Colônia de plantação de açúcar.

Nos primórdios da colonização, nesse longo período de perto de 150 anos em que, através dos primitivos núcleos da costa e suas grandes extensões agrícolas, consolida-se definitivamente a colônia de plantação de açúcar, são poucas as referências materiais e iconográficas que dispomos, tanto da disposição dos núcleos urbanos como das construções em geral.

Certamente, a precariedade dos primeiros momentos e a ocupação lenta do território costeiro impõem aos poucos as tradições portuguesas, que inicialmente misturam-se com as tradições indígenas.

Nos núcleos urbanos, as primeiras construções de importância seriam as igrejas e colégios dos jesuítas, assim como os prédios públicos, acompanhados de moradias que na maioria dos casos só tinham planta térreo, as denominadas "casas térreas", usadas pelos elementos mais pobres da população.

Um exemplo excepcional destas antigas casas urbanas, das quais tenho referências, (em geral por pertencerem às classes abastadas e estarem construídas com melhores materiais), é a "Casa número 7 do pátio da São Pedro" em Olinda.¹⁰

Mas a predominância corresponderia às construções rurais erigidas em torno aos "Engenhos" de açúcar. Primeiro como "Casas Grandes Fortaleza"¹¹, e, posteriormente, quando a

¹⁰ "Tal descrição permite identificar uma casa antiga, a de número 7 do pátio de São Pedro em Olinda ... é tida como obra do século XVII, mas até agora não foi possível saber-se se é anterior a 1630 ou posterior a reconquista da cidade pelos portugueses. A casa ocupa uma área de cerca de 13,20 m de largura por 18,30 m de fundo com dois pavimentos, isto é, térreo e "hum sobrado"...

A planta dessa residência do século XVII foi descrita com minúcia em virtude de sua importância como arquétipo da arquitetura residencial do Brasil colonial e, para maior facilidade de referência, faremos a seguir uma recapitulação de seus elementos. Assim temos no andar térreo: (1) a loja com o depósito adjacente e os quartos de escravos ou de hóspedes; (2) as peças à parte para fins de guardados ou trabalhos domésticos; (3) o saguão de entrada e a escada. No sobrado: (1) a grande sala de frente em comunicação direta com a varanda da fachada; (2) o corredor central com (3) as filas de quartos ou alcovas; (4) a grande sala de jantar e estar aos fundos com escada externa para o quintal; (5) a cozinha ao lado da sala dos fundos. (Ibid. 1.981. Pág. 115 a 123).

¹¹ "Pelo regimento de Tomé de Sousa, quem quisesse fundar um engenho era obrigado a prover-lhe a proteção por meio de "hua torre ou casa forte" ... A mais famosa dentre elas é a Torre de Garcia d'Ávila, cujas ruínas ainda se podem ver em Tatuapara perto da costa ao norte de Salvador... A "torre" de Garcia d'Ávila, com uma capela adjacente, hexagonal, abobadada ... Feita quase inteiramente de pedra, empregaram-se também tijolos nas paredes divisórias e certas peças também eram cobertas por abóbadas do mesmo material. A casa forma um grande retângulo de cerca de 50 metros de comprimento pelo frontispício sul que dá para o mar, disposta à volta dum pátio de pouco mais de 14 metros de frente e circundado por arcadas ...

A planta da Torre de Garcia d'Ávila mostra perfeita compreensão dos princípios formalísticos de disposição de planta do Renascimento ...

O castelo de Garcia d'Ávila, pois, por suas proporções e pelo uso feudal para o qual sem dúvida foi destinado, é digno deste nome e constitui a residência particular mais monumental do seu tempo de que se tenha memória nas Américas (Ibid. 1.981. Pág. 105 e 106).

colonização avançava sem temores, as simples e patriarcais "Casas Grandes e Senzalas" que perdurarão com os sucessivos ciclos econômicos agrícolas, (açúcar, e café fundamentalmente) até finais do século XIX, até a abolição da escravidão.

Quem melhor que o mestre Gilberto Freire, para fazer uma acertada descrição do significado sociológico profundo das "Casas Grandes":

"A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o bangüê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao pater família, culto aos mortos, etc.); de higiene do corpo e da casa (o "tigre", a touceira de bananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés); de política (o compadrismo). Foi ainda fortaleza, banco, cemitério, hospedaria, escola, santa casa de misericórdia amparando os velhos e as viúvas, recolhendo órfãos. Desse patriarcalismo absorvente dos tempos coloniais a casa-grande do engenho Noruega em Pernambuco, cheia de salas, quartos, corredores, duas cozinhas de convento, despensa, capela, puxadas, parece-me expressão sincera e completa. Expressão do patriarcalismo já repousado e pacato do século XVIII; sem o ar de fortalezas que tiveram as primeiras casas-grandes do século XVI. (Freire Gilberto. 1999. Pág. LIII e LIV).

"Em contraste com o nomadismo aventureiro dos bandeirantes - em sua maioria mestiços de brancos com índios - os senhores das casas-grandes representaram na formação brasileira a tendência mais caracteristicamente portuguesa, isto é, pé de boi, no sentido de estabilidade patriarcal. Estabilidade apoiada no açúcar (engenho) e no negro (senzala) ... A verdade é que em torno dos senhores de engenho criou-se o tipo de civilização mais estável na América Hispânica; e esse tipo de civilização, ilustra a arquitetura gorda, horizontal, das casas-grandes. Cozinhas enormes; vastas salas de jantar; numerosos quartos para filhos e hóspedes; capela; puxadas para acomodação dos filhos casados; camarinhas no centro para a reclusão quase monástica das moças solteiras; gineceu; copiar; senzala. O estilo das casas-grandes - estilo no sentido spengleriano - pode ter sido de empréstimo; sua arquitetura, porém, foi honesta e autêntica. Brasileirinha da silva. Teve alma. Foi expressão sincera das necessidades, interesses, do largo ritmo de vida patriarcal que os provindos do açúcar e o trabalho eficiente dos negros tornaram possível". (Ibid. 1999. Introdução. Pág. LXII e LXIII).

As "Casas Grandes" foram também quase uma transcrição literal da arquitetura tradicional portuguesa, ao menos na sua aparência¹². Inclusive, salvando as diferenças regionais, a

¹² "Ao descrever as casas de engenho que figuram nas paisagens de Frans Post, usamos propositadamente o adjetivo "português", e assim o fizemos por serem elas uma transcrição quase literal do tipo mais comum das casas rurais da mãe pátria. Por todas as Províncias no Norte, desde Minho e Trás-os-Montes e por toda a

"Casa Grande" tem características bastante similares através do tempo, quer pela unidade de seu aspecto, quer dos princípios que precisaram a sua construção: naturalidade, simplicidade, bom senso e pobreza dos seus elementos decorativos¹³.

O engenheiro e arquiteto L. L. Vauthier que esteve no Brasil entre 1840-46, foi um dos estrangeiros que melhor tem observado as costumes da nossa gente. A suas descrições minuciosas da arquitetura doméstica brasileira e em especial dos Engenhos das "Casas Grandes e Senzalas", que agora nos interessam, permitem-nos reconstituir as suas características:

"Cem mil quilos de açúcar ... , tal é a renda meia de um engenho no Brasil... Quarenta ou cinquenta trabalhadores negros no máximo, eis tudo quanto poderá possuir. Entretanto o terreno que dele depende não tem de certo menos de um quarto de légua quadrada de extensão. Os canaviais compreendem no mínimo uma quinta parte dessa superfície. As vastas pastagens onde erram em liberdade os animais de carga têm uma área quase igual. Plantações de mandioca, um cafezal, alguns arrozais ocupam uma parte mínima. O resto são bosques e terrenos vagos, impróprios para a cultura.

Já não encontramos mais a monótona disposição das habitações da cidade ... É só no primeiro andar que é normalmente reservado ao dono. A parte de baixo é ocupada pelos armazéns ou pelo pessoal de serviço". (Vauthier L.L. Arquitetura Civil I. 1981. Pág. 81 e 82).

"Eis-nos no pátio do Engenho. Paremos um momento e lancemos um olhar ao conjunto das construções. Tal como acontece a este que agora temos à vista é quase sempre à meia encosta que fica situado o Engenho. A casa do proprietário, a casa-grande como dizem respeitosamente os escravos e os assalariados, ocupa o lado mais alto do recinto. Vós a reconheceréis facilmente pela sobrelevação do seu primeiro andar, ao qual se sobe por uma escada exterior, bem como também por seus muros caiados e suas janelas e portas envidraçadas. No centro se enquadra a capela, que não se distingue do resto da fachada senão por uma porta um pouco mais espaçosa e pesadamente arqueada, por alguns ornatos no frontão e pela cruz de madeira que a encima. Tudo isso, aliás, é construído sem ordem. A divisão dos andares não se corresponde entre si; as janelas são de todos os tamanhos e de todos os formatos; os rincões e as cumeeiras se emaranham uns nos outros. Nada indica um plano de conjunto. Foi tudo construído por peças ou em partes, ao capricho dos sucessivos proprietários.

Beira-Alta e a Beira-Baixa encontram-se um tipo de habitação rural similar ao descrito: os mesmos esteios no andar térreo usado de depósito, as varandas abertas e as escadas externas, quer no centro, quer num dos ângulos da fachada, e os mesmos telhados de quatro águas e cumeeira do Pernambuco do século XVII". (Ibid. 1981. Pág. 129).

¹³ Vejam-se os textos de Paulo T. Barreto, "O Piauí e sua arquitetura" e de Luis Saia, "Notas sobre a arquitetura rural paulista no segundo século" nos quais se estabelecem as características específicas das casas destas regiões.

Quanto ao comprido telheiro que se prende à casa, já sabeis o que é. Essa multiplicidade de portas baixas e estreitas, as paredes de barro, desmoronando-se aqui e acolá, trapos dependurados aos esteios que sustentam o telhado e formam, na frente da construção, uma pequena galeria coberta, negrinhas pulando ao sol, uma ou outra cabeça encarapinhada que se mostra por instantes à sombra de uma porta, tudo vos dirá claramente que estas são as habitações dos escravos (a senzala).

Será preciso igualmente que vos diga qual é essa outra parte do edifício, essa vasta cobertura sustentada de pilastras de tijolos e fechada somente até a altura de um homem? Tereis decerto reconhecido logo a parte principal do estabelecimento, a usina propriamente dita. (Ibid: 1981. Pág. 79).

“Como vedes, a usina propriamente dita, a casa de engenho, como a chamam aqui, é dividida em duas partes; uma para o engenho e outra para as caldeiras ...

Examinemos agora a própria construção. Já os fiz observar que o telhado é sustentado por pilares cujos intervalos não são fechados senão até dois metros de altura aproximadamente. Esses pilares de seção quadrada são em geral de tijolos colocados ao comprido. Quanto aos enchimentos são paredes de tijolo de 22 centímetros de espessura ... O que há de mais notável no edifício, para a região em que estamos é o vigamento do telhado. Tornava-se imprescindível fazer aqui as tesouras”. (Ibid. 1981. Pág. 88 e 90).

“Vamos agora, porém, lançar um olhar às senzalas, apesar do espanto que isso causará ao dono da casa, diante da manifestação dessa estranha curiosidade. Dificilmente uma habitação humana poderá ser reduzida a uma expressão tão simples. A terra nua constitui o seu piso. As dimensões de cada cubículo atinge apenas a 3 metros ou 3 e meio quadrados. A porta, que abre sobre a pequena galeria externa é a única abertura que foi prevista. Às paredes são de pau-a-pique. Pequenas estacas de madeira com casca, de 5 a 6 centímetros de diâmetro, fincadas na terra, suportam um gradeado horizontal, formando quadrados de 20 a 25 centímetros de lado, cheios de barro grosseiramente alisado pela parte de fora ... Cada um desses compartimentos estreitos contém, quer uma família inteira, quer dois ou três celibatários”. (Ibid. 1981. Pág. 91).

Fechando esse período, não deveríamos esquecer, o labor desenvolvido pelos holandeses em Recife, durante a sua curta dominação 1630-54, cujas obras mais emblemáticas são o Palácio do Conde de Nassau e os bairros de Mauricéia, um exemplo excepcional de urbanismo à moda européia.

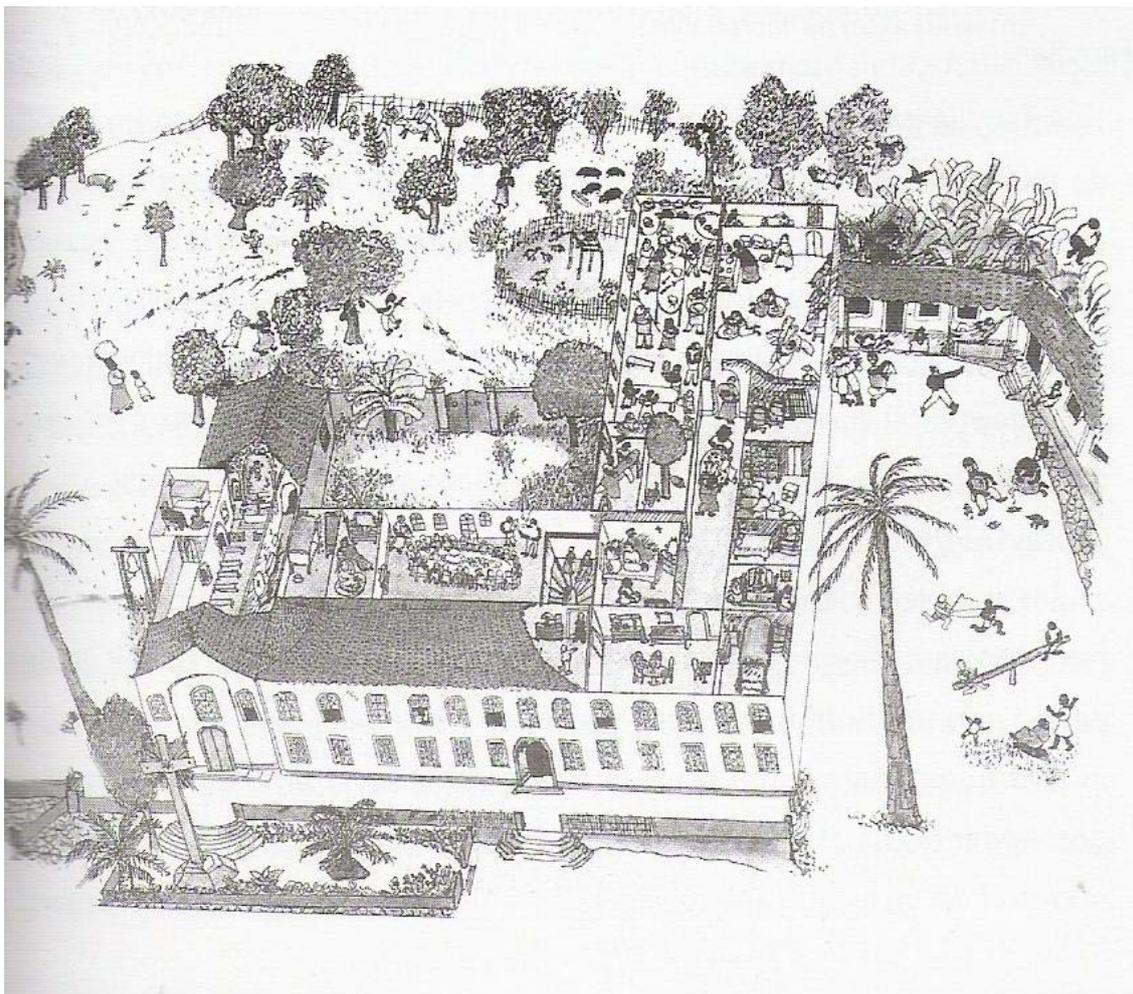


Imagem 2: Casa-Grande e Senzala (Veríssimo, Francisco e Bittar, William, 2000, p. 19.)

b. Colônia de mineração.

Finalizada a época de esplendor da plantação de açúcar, se inicia no Brasil o ciclo da mineração. Esse período econômico, que alcança seu auge ao final do século XVIII, vai caracterizar-se pelo início de uma grande mudança do anterior modelo territorial de implantação da colônia: pela ampliação do território colonizado em direção ao centro-sul do Brasil e pela importância que aos poucos vão adquirindo as vilas, cidades e centros urbanos.

Minas Gerais e, em menor medida, Goiânia serão os territórios da mineração. O triângulo formado por Rio de Janeiro (nova capital a partir de 1763), São Paulo e Minas Gerais toma a predominância no país e aí ocorrerão no futuro os fatos mais importantes da futura história do Brasil.

Salvador, Pernambuco, Maranhão, o Nordeste em geral, continuarão como os centros de produção da cana-de-açúcar. Sua aristocracia agrícola, ainda que tenha diminuído seu poder econômico, segue dominando a vida política do país.

Criam-se novas vilas e povoados nas áreas de mineração, em especial em Minas, cujo caso mais exemplar é a antiga capital de Ouro Preto. Nas diferentes vilas e cidades (do litoral e agora também do interior), onde se concentram as tarefas políticas e administrativas, crescem as quadras, os lotes estreitos e compridos, as ruas e os prédios residenciais. Cidades com urbanismo à maneira portuguesa, mas também com normativas oficiais.¹⁴

Cidadezinhas, também, com pouca vida. A maioria das casas é dos donos das fazendas que só vai para lá nos fins de semana e nos feriados, momentos em que realmente adquirem vida.

Mais o menos ao mesmo tempo em que em Portugal, aparecem nas cidades do Brasil as casas mais altas, com os aposentos principais no andar superior. São a nova tipologia dos "sobrados", que aos poucos se misturam com as "casas térreas", estabelecendo uma clara divisão do espaço urbano entre ricos e pobres¹⁵.

Vejamos de novo nas palavras de Vauthier, as características desta tipologia urbana do "sobrado" que ainda perdura nas partes antigas de nossas cidades:

"... Que serão essas construções alongadas, que não recebem ar e luz senão pelas extremidades? Essa forma rígida, esse tipo único, comprimido na largura, não se presta nada, bem o compreendeis, a uma grande variedade de disposições internas. Assim, quem viu uma casa brasileira, viu quase todas. Uma sala na frente, uma sala nos fundos; comunicando-se a cada uma dessas peças, há uma ou duas alcovas fechadas por meio de portas envidraçadas; entre esses dois grupos, um corredor, mais ou menos comprido, de onde parte a escada e para onde dão, às vezes, diversos cubículos sem iluminação. Tal é a disposição geral dos andares acima do rés-do-chão. Dou em planta, corte e elevação um exemplo desse tipo geral modernizado". (Vauthier L. L. Arquitetura Civil. 1981. Pág. 37 e 38).

"Esse andar (o primeiro), nos proporciona o salão de recepção e os quartos de dormir da família. A sala de jantar fica situada em cima. É também ali, sob o telhado (sótão), que encontramos a cozinha, com seu fogão de tijolos, compreendendo, como parte essencial, um pequeno forno para assar bolos; em

¹⁴ "A uniformidade dos terrenos, correspondia à uniformidade dos partidos arquitetônicos: as casas eram construídas de modo uniforme e, em certos casos, tal padronização era fixada nas Cartas Régias ou em posturas municipais. Dimensões e número de aberturas, altura dos pavimentos e alinhamentos com as edificações vizinhas foram exigências correntes no século XVIII. Revelam uma preocupação de caráter formal, cuja finalidade era, em grande parte, garantir para as vilas e cidades brasileiras uma aparência portuguesa". (Goulart Reis Filho N. 1.997. Pág. 24).

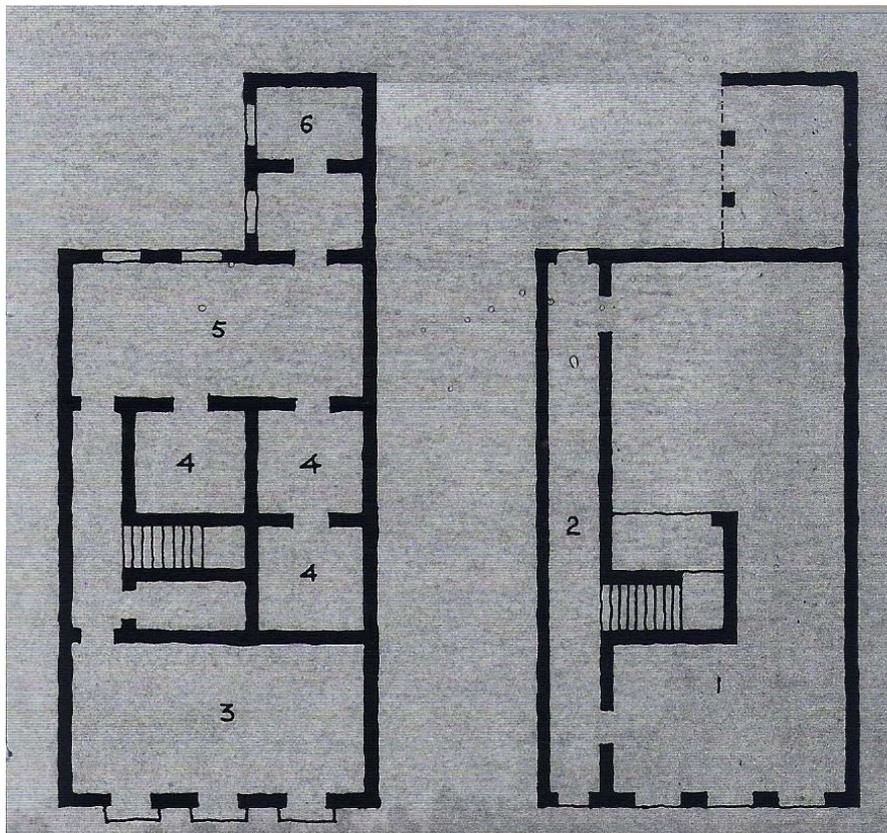
¹⁵ "Os principais tipos de habitação eram o sobrado e a casa térrea. Suas diferenças fundamentais consistiam no tipo de piso: assoalhado no sobrado e de "chão batido" na casa térrea. Definiam-se com isso as relações entre os tipos de habitação e os estratos sociais: habitar um sobrado significava riqueza e habitar a casa de "chão batido" caracterizava a pobreza. Por essa razão os pavimentos térreos dos sobrados, quando não eram utilizados como lojas, deixavam-se para acomodação dos escravos e animais ou ficavam quase vazios, mas não eram utilizados pelas famílias dos proprietários". (Ibid. 1.997. Pág. 28).

seguida o quarto de engomar e, enfim nas duas extremidades os quartos das negras"...(Ibid. 1981. Pág. 42 e 43).

"Mas, o rés-do-chão, direis, para que serve? Em uma casa como esta não serve para grande coisa. Se estivéssemos, porém, em uma rua comercial, em vez de uma porta única, a casa teria três. O vestibulo se transformaria em corredor e os quartos, postos assim em comunicação direta com a rua, seriam rigorosamente separados do resto, convertendo-se na oficina ou na habitação de algum industrial modesto ou em botequim igualmente humilde. Todavia, as pessoas que se respeitam não admitem semelhantes concessões ao espírito moderno e o rés-do-chão ficaria de preferência desocupado. Entretanto, encontra-se meio de utilizá-lo. O aposento estreito da frente é reservado aos escravos homens, que, sem ele, dormiriam nos corredores ou nos patamares, e o quarto que dá para o pátio serve para acolher os hóspedes e os parentes que chegam do interior - coisa necessária em um país onde não há hotéis para viajantes - ou é destinado a rapazes ou aos filhos que passaram de quatorze ou quinze anos.

Uma vez que estamos perto do pátio, penetramos nele. Nas casas antigas, descuidar-se-ia geralmente desse apêndice, hoje indispensável... Assim, o cavalo é um auxiliar indispensável do brasileiro que se preza e toda casa bem posta tem a sua cocheira, colocada sempre, como esta, a um ângulo do pátio e aberta a todos os ventos. Quanto à cisterna que vemos também no pátio, disposta de modo a servir duas casas contíguas é um traço característico da cidade de Pernambuco..." (Ibid. 1981. Pág. 43).

"... A casa aonde iremos agora é a de um ricoço... Vamos, entretanto, encontra novamente o mesmo tipo geral, sem modificação alguma. As duas plantas abaixo bastarão para vos convencer disso à primeira vista. São o rés-do-chão e o primeiro andar. A casa, porém, tem três andares, sem contar o sótão; o segundo e o terceiro são exatamente a repetição do primeiro e o sótão adapta-se à mesma disposição. Não há, pois, necessidade de maiores explicações". (Ibid. 1981 Pág. 44).



1. loja; 2. corredor de entrada para residência, independente da loja; 3. salão; 4. alcovas; 5. sala de viver ou varanda; 6. cozinha e serviços.

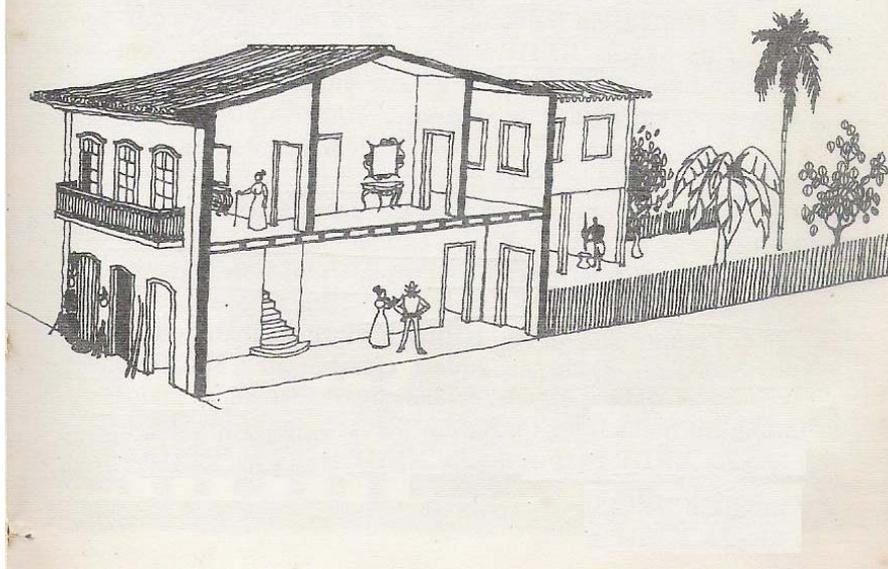


Imagem 3: Sobrado. (Reis Filho, Nestor G, 1987, p. 29.)

As vilas e cidades dessa época não dispunham de serviços urbanos relativos às redes de abastecimento d'água e esgoto, temas resolvidos no interior das casas urbanas pelo trabalho escravo: As cisternas d'água e o barris de dejeções, os famosos "tigres", eram normais nestas casas.

Do lado dos sobrados, as "casas térreas", a grande melhoria das moradias urbanas, com características de sua planta bem parecidas à planta dos sobrados, mas bem mais modestas.

"... Mas, um traço característico das cidades brasileiras, nas partes de construção mais recente, onde o terreno não é ainda disputado tão avidamente, é a casa que só tem o rés-do-chão, a casa térrea, que só por si enche ruas inteiras.

Se vos introduzíssemos em uma dessas casas, encontraríeis mais uma vez o mesmo tipo já conhecido. É de uma monotonia desesperadora. Imagina simplesmente um dos andares que visitastes, rebaixado ao nível do solo...

Ao fundo da sala da frente, encontramos as alcovas - ou a alcova única se a largura for pequena -, bem como a porta do corredor que conduz a sala posterior, para a qual dão um ou dois quartos sem iluminação. Esta sala, disposta como a da frente, abre-se sobre um pequeno pátio contíguo à casa e serve, ao mesmo tempo de sala de jantar e de cozinha, a menos que um pequeno apêndice que se prolonga sobre o pátio, não desempenhe esse ofício.

As alcovas e a sala da frente têm às vezes o forro que já indicamos anteriormente; mas a sala dos fundos e os quartos ou câmaras sem luz são abertos livremente por cima e recebem o ar pelo telhado (telha vã). Essa disposição assegura às casas uma grande frescura, sobretudo à noite". (Ibid. 1981. Pág. 62, 63 e 64).

Numa estrutura urbana, dominada pelo loteamento de frente estreita e de fundo comprido, as casas das classes abastadas, ocupavam as posições privilegiadas: ruas principais, esquinas, etc. com lotes de frentes e superfícies maiores e casas, também com mais andares. Assim, as próprias moradias eram classificadas pelo número de portas e janelas das fachadas: meia moradia, moradia inteira, etc.

Nas vizinhanças das cidades, nas suas primeiras periferias, misturando-se com o território agrícola das fazendas, poderíamos encontrar, tanto as primeiras casas de veraneio ou de segunda residência das classes abastadas, como também as casas tradicionais dos trabalhadores urbanos, dos caboclos e dos negros já alforriados.

No primeiro caso, nos referimos às novas tipologias de casas, denominadas "chácaras", "quintas" e "sítios", localizadas em lotes de grandes dimensões e onde a arquitetura meio rural e meio urbana tem mais possibilidades de manifestar-se.¹⁶

¹⁶ "À medida que avançamos, as casas diminuem de altura e se afastam umas de outras. Começam a ser divididas por sebes vivas ou muros, acima dos quais se avista a vegetação. Chegamos em breve ao campo e, conforme estejamos no Rio de Janeiro, na Bahia ou em Pernambuco, encontrar-nos-emos em meio das quintas, das chácaras ou dos sítios, nome tríplice que têm neste país as casas de campo" (Vauthier. L.L. *Arquitetura Civil I*. 1981. Pág. 71).

As outras correspondem aos "mocambos", "malocas" e "choupanas", caracterizadas pela sobriedade, pelo pequeno tamanho e, em geral, pelas coberturas vegetais¹⁷.

Nas áreas rurais, submetidas ainda ao domínio das plantações de açúcar, e agora também do café, é normal encontrar tipos de casa muito similares aos "mocambos" descritos anteriormente, onde morariam os lavradores e colonos das fazendas¹⁸.

3.2. Materiais e Técnicas construtivas.

A época colonial caracterizasse pela utilização de técnicas e materiais construtivos simples e locais. Baseada na abundância de mão-de-obra determinada pela existência do trabalho escravo e na ausência de aperfeiçoamentos, praticamente todas as moradias tinham as mesmas características. Os exemplos mais ricos apenas acentuavam maiores dimensões, maior número de peças, sem, contudo, chegar a definir um tipo distinto de habitação.

As *paredes* mais simples eram de pau-a-pique, adobe ou taipa de pilão. Nas residências mais importantes empregava-se pedra e barro, mais raramente tijolo ou ainda pedra e cal.

Nas paredes de pau-a-pique, erigia-se primeiro uma estrutura de madeira cujos vazios se enchiam de barro¹⁹. Pelo sistema de taipa de pilão, adobe ou barro, construía-se as paredes de barro prensado dentro de uma armadura de madeira removível, deixando ficar apenas no intervalo de um metro umas tábuas que serviam de reforço ao barro maciço.

Este último sistema, com menor capacidade resistente, era muito utilizado em São Paulo, só permitindo a construção de casas de andar térreo. O sistema de pau-a-pique permitia a realização de sobrados de várias alturas.

¹⁷ "Em outras direções menos freqüentadas, encontraríamos ao mesmo tempo uma cultura mais séria, uma arquitetura menos cuidada e um aspecto geral mais agreste; veríamos surgir de longe em longe a *casa de taipa ou mocambo* com suas paredes de pau-a-pique, e sua cobertura em que a folha de coqueiro substitui muitas vezes a telha de canal". (Ibid. 1.981. Pág. 72 e 73).

¹⁸ "Além dos escravos, em torno do Engenho agrupam-se geralmente duas outras espécies de trabalhadores: os lavradores e os moradores.

Os primeiros ... são uma espécie de colonos que cultivam a propriedade, participando dos lucros com o dono ... A casa, muitas vezes, não passa de uma cabana de pau-a-pique; as janelas não têm senão postigos sem vidraças; algumas esteiras, bancos de madeira, uma rede, alguns cântaros de barro compõem todo o mobiliário.

Os outros (os moradores), cuja posição é mais humilde ainda ... erguem a choupana. A floresta lhe fornece a estrutura, os cipós novos servem para amarrar as partes, as folhas de coqueiro ou de palmeira formam o telhado e o barro grosseiramente amassado ou ainda as folhas de coqueiro completam as paredes". (Ibid. 1981. Pág. 93 e 94).

¹⁹ Veja-se a descrição dos materiais empregados nas antigas fazendas do Piauí, segundo as informações de Barreto. "... No entanto o Sr. Saías Pereira, administrador das fazendas nacionais, que reformou alguns desses prédios, assegurou-nos que as construções eram de taipa formada com troncos de carnaúba, espaçados de 0,35 m e o varamento de marmeleiro, distanciados de 0,10 m e amarrados com relho de couro de boi; enchimento de pedra e barro; encaibramento de tronco de carnaúba, e do mesmo material o ripamento; telha vã; piso de terra batida; esquadrias cheias e largas; portas com 1,50, de pau-d'arco; pés-direitos altos; paredes de meia altura; avarandados largos e baixos". (Barreto. P.T. Arquitetura Civil. 1.981. Pág. 199 e 200).

A pedra era utilizada nas paredes dos edifícios de responsabilidade e nas casas das classes abastadas, pedra aparelhada localizada nas partes inferiores das paredes e nos contornos de portas e janelas. Os diversos tipos de pedras utilizadas dependiam da região.

A alvenaria de tijolo parece ser que foi utilizada já no século XVII em certas regiões de rurais de Pernambuco, mas, sobretudo, no Recife, após a invasão dos holandeses, que incorporaram este material, tão utilizado por eles na sua terra de origem.²⁰

As *fundações* das paredes estruturais eram simples alicerces de terra, pedra e barro batido. Excepcionalmente, utilizavam-se fundações de madeiramentos e estacas em terrenos arenosos ou de pouca resistência.

Paredes estruturais, empenas e paredes divisórias interiores eram construídas com os mesmos materiais. As paredes interiores na maioria das vezes a meia altura, deixando ver o telhado ou, nas áreas mais nobres, com forro de madeira. Sobre elas apoiavam os pisos e telhados inclinados, pois as coberturas em terraço eram praticamente desconhecidas ou difíceis de construir, devido ao problema das fortes chuvas.

As plantas térreas tinham o chão de terra batida. Nas plantas superiores, os *pisos* eram conformados por vigamentos de boa madeira brasileira e por soalhos de tábuas, apoiados diretamente sobre os barrotes que o sustentam e com recobrimento a meia madeira.

Os *telhados* inclinados, o elemento mais característico da moradia brasileira, e executado também com vigamentos de madeira nobre, às vezes de grandes dimensões, formando estruturas simples de vigas, caibros e ripas, com cobertura final de telha cerâmica ou telha canal, às vezes tomadas com argamassa. O telhado inclinado, na sua forma mais simples de duas águas, sempre conforma na planta térreo ou no sobrado, no encontro com as paredes e como prolongação dele, os beirais para a proteção do sol e da chuva e as grandes, estreitas e compridas varandas ou galeria.

Outro elemento fundamental das casas com vários andares são as *escadas* de moleiro, em um só lance, sobretudo internas, mas também externas, executadas com vigas e peças de madeira ou, nas épocas mais avançadas, de pedra. Escadas internas sem iluminação. As clarabóias aparecem no século XIX. Simples painéis mais ou menos largos formados por telha canal de vidro.

As esquadrias de *portas e janelas* não tinham grandes segredos. Executadas em madeira de boa qualidade, as portas eram praticamente sempre iguais e as janelas tinham diferenças nas formas de encaixar os caixilhos das bandeiras das janelas, nas diferentes soluções de abertura (à francesa, de guilhotina) e nos anteparos (de gelosia ou treliça, de vidro, etc.).

As grandes varandas seiscentistas foram substituídas aos poucos no decorrer do século XVIII, pelas sacadas ou púlpitos, uma para cada porta-janela à francesa do andar de cima.

²⁰ “No Recife e outros pontos de Pernambuco o tijolo continuou a ser o material de construção preferido, pois a boa pedra para edificação era ali menos abundante do que em outras partes do Brasil... Na Bahia o tijolo era comumente usado em combinação com a pedra, reservando-se esta última para a parte inferior das paredes, e o primeiro para a parte de cima e para a volta de portas e janelas”. (Vauthier. L.L. *Arquitetura Civil I.* 1.981. Pág. 153.).

Quanto aos *acabamentos e revestimentos interiores das paredes*, a sobriedade era predominante, incluindo-se aos poucos, com a chegada dos imigrantes, novas soluções e modas à européia ou em concordância com os estilos arquitetônicos da época, como veremos na próxima seção.

Em geral, os aspectos considerados anteriormente correspondem às moradias das classes abastadas. As casas da maioria do povo, desde as senzalas dos escravos, aos mocambos, choças, etc. dos colonos e agricultores eram de materiais ainda mais simples e de menor tamanho. Era normal que estas casas fossem construídas em uma planta com paredes de pau-a-pique ou tramas de galhos tomadas com barro e protegidas por folhas de palmeira entretecidas em espessa camada, sistema esse também usado para as coberturas.

3.3. Estilos e autores.

“No Brasil, domina um padrão uniforme. Não temos regionalismo, nem podemos – como outros países - distinguir nitidamente, por meio de dados abundantes, na construção civil antiga, o encadeamento de estilos e modalidades arquitetônicos que se sucederam pelos séculos passados ... Entre nós, faltaram: a casa apalaçada, o solar rico e o palácio que, servindo de padrão e estimulando uma construção melhor purificassem as formas e impedissem o abastardamento e o marasmo. Faltou-nos, no passado, a construção erudita, a ordem arquitetônica... Apenas a religião, agrupando os artistas nos templos, realizou a obra de arte”. (Rodrigues. J.W. Arquitetura Civil I. 1981. Pág. 288).

Servem-nos de introdução estas precisas palavras de José Wash Rodrigues, para expressar de que forma a arquitetura colonial não teve apenas estilos e tendências arquitetônicas à moda fundamentalmente européia.

Nem a cultura indígena existente, nem os conquistadores e imigrantes portugueses, apegados a sua tradição, conseguiram mudar esse panorama.

Só, alguns exemplos excepcionais de arquitetura renascentista, (Torre-Fortaleza de Garcia de Ávila e o Palácio do Conde de Nassau), ficariam entre nós.

Mas, foi exatamente na arquitetura religiosa, onde o Barroco conseguiu o seu maior desenvolvimento. Nos exteriores das igrejas jesuíticas e, sobretudo, na decoração de seus enfeitados interiores, o Barroco brilhou à mesma altura que outras obras coetâneas latino-americanas.

Se não podemos falar de estilos, ao menos, como vimos anteriormente, certos elementos da arquitetura doméstica tiveram influências das tradições portuguesas, mas também da cultura mourisco-portuguesa e dos países asiáticos onde os portugueses tinham já chegado.

A mobília de interiores, em certos aspectos relacionados com os estilos arquitetônicos, também se pode considerar bastante sóbria.

A partir do século XVIII, a arquitetura doméstica começa a incorporar nas suas fachadas certos estilos arquitetônicos predominantes em Portugal, iniciando-se assim um processo continuado de importação de estilos europeus²¹.

Quanto à autoria da arquitetura colonial, é difícil conhecer os mestres de obras, os arquitetos e engenheiros responsáveis, devido fundamentalmente à falta de fontes de informação e ao fato destes serem anônimos.

4. 1822-1889. BRASIL IMPERIO.

4.1. A evolução da casa neste período: Aspectos funcionais e tipológicos.

Finalizada a época da mineração, no começo do século XIX, se inicia no Brasil o importante ciclo do café, que perdurará durante a época do Império, até finais do mesmo século, coincidindo aproximadamente com a chegada da República Velha e a abolição definitiva da escravidão. Este período vai caracterizar-se pela continuidade das grandes mudanças do anterior modelo territorial de implantação da colônia, já iniciadas no período anterior. Consolidação da predominância do território brasileiro no centro-sul do país, e a importância que definitivamente vão adquirindo as vilas, cidades e centros urbanos.

São Paulo e Rio de Janeiro serão os territórios privilegiados da cafeicultura, formando com Minas e Rio Grande do Sul, os lugares de maior importância, política, econômica e populacional do país. A nova cultura garantiu ao mesmo tempo a contínua expansão das áreas cultivadas (com o quadro tradicional de latifúndio e monocultura), e a maior densidade de riqueza e população até então atingidos no Brasil.

Salvador, Pernambuco, Maranhão... o nordeste em geral, continuará como o centro da cultura agrícola, mas desprovidos já de seu anterior poder político e econômico. O Império brasileiro da aristocracia açucareira abre passagem à República Velha dos produtores de café em aliança com as novas classes urbanas: Comerciantes, intelectuais, militares, trabalhadores e imigrantes.

As grandes mudanças sociais, ocorridas na Europa e em Portugal, repercutem no Brasil. Instala-se no Rio de Janeiro a corte Portuguesa e os hábitos e costumes europeus. Durante o século XIX, impõe-se progressivamente um novo modelo territorial, baseado na construção de rodovias, estradas de ferro e linhas de navegação nos grandes rios interiores, que escoam as mercadorias de todos os cantinhos produtivos do Brasil para os portos das mais importantes cidades do litoral. A liberalização dos portos permite às classes abastadas importar todo tipo de produtos. As cidades começam a urbanizar-se com passeios, jardins, ruas, avenidas, e redes de serviços de água potável, esgotos e iluminação (as moradias também). O início da incipiente industrialização voltada para o mercado interno, a chegada

²¹ “Durante o século XVIII, as casas e edifícios públicos brasileiros continuaram a seguir sem grandes variações os modelos portugueses congêneres. Na mãe pátria, o século divide-se em três períodos que aproximadamente correspondem aos reinados de três soberanos, cada qual com sua significação artística marcada. No reinado de D.João V (1706 - 1750) predomina a influência barroca romana dos fins do século XVII. Com D. José Maria I (1750 - 1777) entra em moda o rococó francês, e com Dona Maria I (1777 - 1816) começa a impor-se o espírito da arquitetura neoclássica internacional”. (Rodrigues. J.W. *Arquitetura Civil I*. 1981. Pág. 163).

dos imigrantes europeus, e aos poucos, dos colonos e escravos alforriados e libertos das grandes fazendas, convertidos agora em novos trabalhadores assalariados do capitalismo industrial, produz o primeiro e descontrolado crescimento das cidades.

Os imigrantes vindos de diferentes países da Europa, em especial Suíça, Alemanha e Itália, vêm para trabalhar como mão-de-obra das novas lavouras de café, em especial no estado de São Paulo, mas que, se estendendo a outros setores, contribuiu de forma decisiva para a melhoria das condições de produção no Brasil, sobretudo na construção.

Os filhos da burguesia comercial e burocrática, membros das camadas urbanas em ascensão, iriam influenciar de forma decisiva na mudança do caráter brasileiro. E desses estudantes das novas faculdades - militares, médicos e engenheiros - irá surgir o movimento positivista no Brasil.

Nas cidades, entre 1800-50, além dos tipos de moradias indicados no período anterior, impõe-se um novo tipo de residência, a "casa de porão alto", transição entre os velhos sobrados e as casas térreas²².

A partir de 1850 surgem novos esquemas de implantação das residências urbanas dentro dos lotes, afastando-se dos vizinhos e com jardins laterais (e posteriormente, também dos frontais)²³, cuja evolução finalizará no "chalé"²⁴. O afastamento das vias públicas permite a redução da altura de seus porões ficando mais perto dos jardins.

Também as Chácaras, na periferia, sofriam as transformações dos tempos. Seus terrenos eram mais reduzidos e sua arquitetura cada vez mais assumia características urbanas.

²² "Um novo tipo de residência, a casa de porão alto, ainda "de frente da rua", representava uma transição entre os velhos sobrados e as casas térreas. Longe do comércio, nos bairros de caráter residencial, a nova fórmula de implantação permitiria aproximar as residências das ruas, sem os defeitos das térreas, graças aos porões mais ou menos elevados, cuja presença era muitas vezes denunciada pela existência de óculos ou seteiras com grades de ferro, sob as janelas dos salões...

Um outro tipo, híbrido, reunia características de sobrado e os elementos de inovação do andar térreo acima referidos. Dessa forma iniciava-se nos sobrados a utilização do primeiro pavimento para fins mais valorizados socialmente". (Goulart Reis Filho. N. 1.997. Pág. 40 e 42).

²³ "As primeiras transformações verificadas então nas soluções de implantação ligavam-se aos esforços de libertação das construções em relação aos limites dos lotes. O esquema consistia em recuar o edifício dos limites laterais, conservando-o freqüentemente sob o alinhamento da via pública. Comumente o recuo era apenas de um dos lados; do outro, quando existia, reduzia-se ao mínimo...

Ao mesmo tempo conservava-se, em grande parte, a destinação geral dos compartimentos. A parte fronteira, abrindo para a rua, era reservada para as salas de visita. Disponham-se os quartos em torno de um corredor ou sala de almoço (varanda), na parte central, ficando cozinha e banheiro ao fundo. Em inúmeros casos, o apêndice de ferro iria funcionar, até certo ponto, como um corredor externo". (Ibid. 1.997. Pág. 44 a 46).

²⁴ "Como uma conseqüência dessas transformações deve ser reconhecido o chalé. Com esse modelo, pretendia-se adotar as características das residências rurais, construídas em madeira, de algumas regiões européias, especialmente a Suíça, o que é, indiscutivelmente, uma solução romântica" (Ibid. 1.997. Pág. 158).

As cidades cresciam com novos bairros para dar cabida a forte imigração externa e interna, aparecendo pela primeira vez os bairros de classe média assim como as "favelas", e a multiplicação dos "cortiços".²⁵

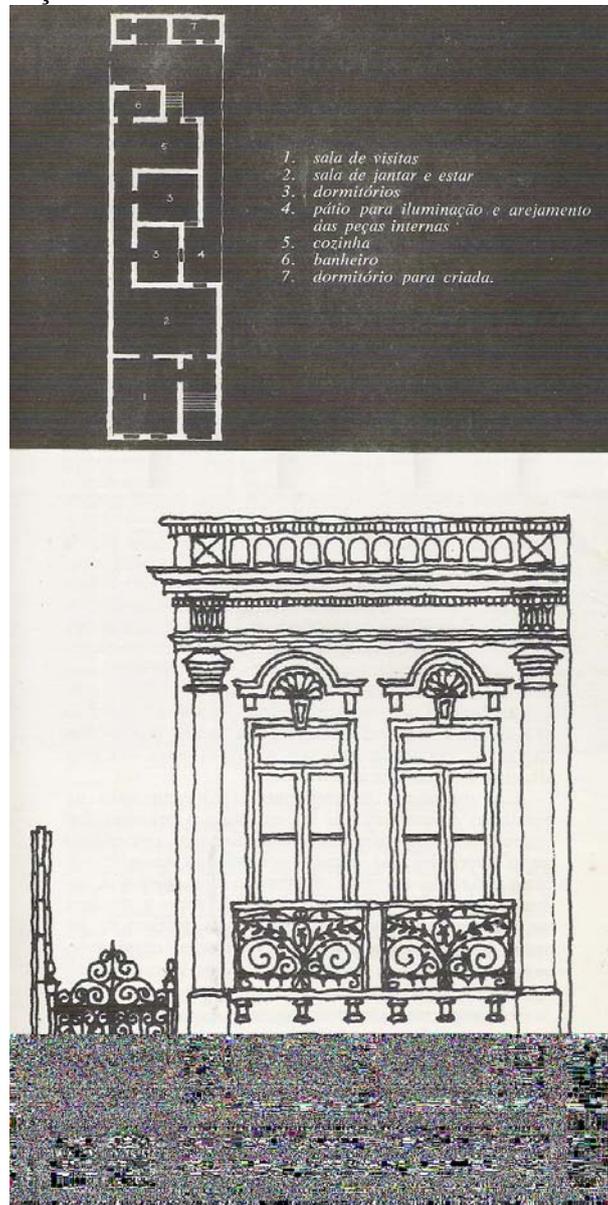


Imagem 4: Casa de Porão Alto (Reis Filho, Nestor G, 1987, p. 47 e 49.).

²⁵ “A acomodação dos habitantes mais pobres constituía um problema. O êxodo rural intensifica-se após a abolição da escravidão, em consequência do abandono dos antigos locais de trabalho pelos negros e, indiretamente, pela decadência das lavouras tradicionais. Os problemas habitacionais decorrentes dessa pressão populacional, que não correspondia a um aumento proporcional de oportunidades de empregos urbanos, iriam provocar o aparecimento de favelas, nos morros e alagados e a multiplicação dos cortiços, modificando-se, por completo, o panorama dos principais centros urbanos do país”. (Ibid. 1.997. Pág. 153 e 154).

4.2. Materiais e Técnicas construtivas.

No século XIX, a liberalização do comércio mundial e a influência dos costumes europeus no Brasil colocam-se de manifesto na arquitetura e nas artes, pela chegada da Missão Francesa e a criação da Academia Imperial de Belas Artes. A chegada de arquitetos estrangeiros e fundamentalmente de artesãos imigrantes produz uma importante modificação nos hábitos de construção, especialmente nas cidades e nas classes abastadas do litoral em contato permanente com a Europa. Novas técnicas e materiais importados se impõem aos poucos.²⁶

Estruturalmente, os prédios utilizavam paredes de pedra e tijolo, incorporando no final de século o ferro forjado ou fundido, ainda bem que oculto por outros materiais.²⁷

Coberturas e pisos continuam utilizando as vigas de madeira. Os telhados de várias águas incorporam calhas, arremates e platibandas, mudando o aspecto das novas construções.

Outro tanto acontece com a incorporação das infra-estruturas urbanas e as instalações de banheiros e luminárias, dos vidros nas janelas e portas e das decorações interiores e exteriores.

Aparecem novos elementos como os portões, alpendres, chafarizes, estufas, etc., relacionadas com os jardins ao estilo europeu das casas das classes abastadas.

4.3. Estilos e autores.

A incidência no Brasil da cultura europeia, e em especial da Missão Francesa e da Academia Imperial de Belas Artes, permitiu que durante o século XIX, a arquitetura e as artes em geral, adotassem o estilo Neoclássico.²⁸

O estilo Neoclássico foi impondo-se aos poucos. Escadarias, colunas e frontões de pedra ornavam com frequência as fachadas de edifícios principais, ostentando um refinamento técnico que não correspondia ainda ao comum das construções. Tal era o tratamento das obras de maior destaque, as que viriam a constituir padrões para as demais; assim foi construído o palácio de Petrópolis, assim era composta a própria Academia Imperial de

²⁶ “A integração do país no comércio mundial, conseguida com a abertura dos portos, iria possibilitar a importação de equipamentos que contribuiriam para a alteração da aparência das construções dos centros maiores do litoral...” (Goulart Reis Filho. N. 1.997. Pág. 37).

²⁷ “Os elementos de ferro forjado ou fundido produzidos pela indústria europeia estão sempre presentes na arquitetura durante o século XIX. Destinando-se a todos os setores da construção, compreendiam desde peças estruturais, como vigas e colunas, até recursos secundários de acabamento, como ornamentos de jardim, chafarizes e grades, para não mencionar as escadas, as ferragens de janelas e portas, os canos, as peças de banheiro e os fogões...”

Como na arquitetura europeia da mesma época, o ferro era considerado como material de construção sem nobreza, não podendo ficar exposto. Normalmente as vigas metálicas e colunas eram revestidas, a não ser nos alpendres, onde formavam conjunto com grades e escadas de ferro, conferindo uma feição peculiar às moradias dessa época. (Ibid. 1.997. Pág. 164, e 165).

²⁸ “É fácil perceber, por exemplo, que no início do século (XIX), com o processo de independência política, os padrões barrocos, que haviam prevalecido durante o período colonial, são substituídos pelo Neoclássico, que se torna a arquitetura oficial do Primeiro e do Segundo Império, mantendo-se em uso até a Proclamação da República”. (Ibid. 1.997. Pág. 11).

Belas-Artes, projeto famoso de Grandjean de Montigny, e o Palácio Itamarati, de seu discípulo José Maria Rebello.

Adaptavam-se também a este estilo as residências das principais figuras da Corte e dos grandes proprietários rurais.

O Neoclássico manifestava-se também nos espaços interiores das moradias, com uma grande profusão de decoração.

A partir da segunda metade do século XIX, começa a manifestar-se a incidência dos estilos "Ecléticos", como uma continuidade das preferências européias.²⁹

5. 1889-1930. A REPÚBLICA VELHA.

5.1. A evolução da casa neste período: Aspectos funcionais e tipológicos.

A industrialização produz as primeiras transformações tecnológicas de importância no país. Continua a forte imigração da povoação do sertão para as cidades. O crescimento das cidades, em especial Rio e São Paulo, é forte neste período.

A mecanização dos meios de transporte urbano permite a expansão das cidades para a periferia e a verticalização especulativa dos centros urbanos. As propriedades imobiliárias passam a ser um grande negócio.

As antigas chácaras da periferia são substituídas por novos bairros. Aparecem os *bairros de casas jardins*³⁰ destinados às classes abastadas, imitando os modelos ingleses, mas sem preocupação pelos espaços e equipamentos coletivos. Estas casas reúnem as vantagens das chácaras e dos sobrados, com grandes jardins e uma disposição mais livre das peças interiores da moradia.

²⁹ "A tradição neoclássica, solidamente implantada no Rio pela missão francesa de 1816, surgiu com atraso em São Paulo. Até por volta de 1880 a cidade tinha um aspecto de um burgo colonial... Com efeito, a influência peninsular foi tão profunda em São Paulo quanta a da França no Rio de Janeiro, embora por motivos diferentes. A enorme imigração italiana levou a São Paulo mão-de-obra abundante, compreendendo vários artesãos e pedreiros ... era uma ótima oportunidade para os arquitetos italianos, que também vieram em grande número. Portanto existia um ambiente italiano em São Paulo nas últimas décadas do século XIX e, principalmente nas primeiras décadas do XX... Foi naturalmente o período áureo da Renascença e do Maneirismo... O livro de cabeceira dos mestres-de-obra originários da península era o *Tratado das Cinco Ordens da Arquitetura* de Vignola... O italianismo estava de moda; predominou também no Rio de Janeiro entre 1860 e 1900 e a aristocracia dos plantadores de café adotou-o com entusiasmo". (Bruand, Ives. 1997. Pág. 38).

³⁰ "Para uso das classes abastadas nos anos seguintes a 1.918, surgiram os bairros-jardim, sob a influência intelectual de esquemas estrangeiros, cuja aceitação seria garantida pela possibilidade que ofereciam de conciliar, de modo satisfatório, as antigas chácaras com as residências urbanas, que vinham de se libertar dos limites dos lotes.

Na prática, esses loteamentos, postos em voga em São Paul pela Cia. City, transpõem os esquemas ingleses da "cidade-jardim" (Gular Reis Filho. N. 1.997. Pág. 71).

Aparecem também os bairros populares e proletários, os denominados *loteamentos periféricos*³¹ onde se instalam as classes mais pobres. Constituídos por barracos sobre lotes de pequenas dimensões, na maioria dos casos através de ocupações coletivas, os loteamentos não dispõem de arruamentos e dos mínimos serviços de infra-estruturas urbanas.

Inicia-se a construção das *vilas operárias*³², destinadas a população de baixa renda. Casas e lotes de pequeno tamanho coladas, ao longo de uma rua de acesso. Esta denominação também é utilizada para os conjuntos de moradias populares dos trabalhadores de certas fábricas que eram construídas pelos mesmos donos. Estas vilas dispunham dum completo conjunto de serviços e mudaram profundamente as formas de vida e das relações das poucas famílias dos trabalhadores privilegiados.

No centro das cidades, abrem-se novas avenidas e ruas para permitir a incorporação de novas tipologias construtivas, com a exigência de alinhamento das construções sobre a via pública, iniciando-se uma profunda transformação dos cascos antigos.

Continua-se construindo sobrados, cada vez com maior número de andares. Os morros são ocupados pelas numerosas *favelas*³³, onde as condições de moradia são ainda piores que nos loteamentos periféricos. A primeira favela nascida no Rio localizava-se no antigo morro da Providência no centro da cidade e foi criada pelos soldados que voltaram da guerra dos Canudos.

As novas inovações das técnicas construtivas, em especial o concreto armado e a utilização dos elevadores, permitem a aparição das novas tipologias da construção verticalizada: imensos *prédios de apartamentos, edifícios comerciais e escritórios*, cuja expressão mais especulativa são os *arranha-céus*.

³¹ “O crescimento gigantesco do operariado urbano, possibilitado pela constante evolução da estrutura industrial, iria conduzir ao aparecimento de bairros populares ao longo das vias férreas, junto às indústrias ou em regiões suburbanas. O fenômeno quase exclusivo das grandes cidades iria produzir a urbanização das áreas periféricas, até então destinadas a fins agrícolas, dentro da ordem tradicional... Esse tipo tornou-se comum em São Paulo, onde as casas de tipo popular eram construídas aos poucos, pelos proprietários, freqüentemente com o auxílio dos vizinhos e amigos sob a forma de mutirão”. (Ibid. 1.997. Pág. 68 a 70).

³² “Alguns conjuntos de habitação popular apresentavam também formas especiais de implantação. Compunham-se de fileiras de casas pequeninas - às vezes mesmo apenas um quarto - edificadas ao longo de um terreno mais profundo, abrindo para pátio ou corredor com feição de ruela. Nesses casos era freqüente a existência de um só conjunto de instalações sanitárias e tanques, dispostos no pátio para uso comum. Em certos casos a passagem comum era aberta para a rua de modo franco, uma solução mais encontrada no Rio de Janeiro”. (Ibid. 1.997. Pág. 58).

³³ “Em alguns locais as dificuldades sociais e econômicas provocariam o aparecimento de tipos precários de habitação, com padrões ínfimos de higiene e construção, na maioria dos casos sem qualquer forma de organização territorial, senão aquela ditada pelo acaso. Tais seriam as favelas. Malocas, invasões, mocambos, ou favelas, iriam sendo batizadas pelo povo, de formas diversas em cada região que surgiam, constantes porém na indicação da miséria e do calcanhar-de-aquiles do urbanismo contemporâneo. (Ibid. 1.997. Pág. 70).

Os prédios de apartamentos utilizam uma distribuição similar a das casas térreas, mas com a substituição dos pátios e áreas por poços de luz, diminuindo as possibilidades de arejamento e de isolamento. Estes dois elementos naturais, os mais democráticos e populares da arquitetura e do urbanismo, começam a desaparecer devido à voracidade dos grandes negócios da especulação urbana.



Imagem 5: Vila operária Vila Cia. Vidraria Santa Marina
(<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br>)

5.2. Materiais e Técnicas construtivas.

Neste período, misturam-se as velhas tradições construtivas aprimoradas com as novas técnicas derivadas fundamentalmente com a utilização do concreto armado e os elevadores mecanizados. Até cerca de 1930 a industrialização dos materiais de construção seria tímida, em escala modesta, quase artesanal.³⁴

A mudança fundamental deriva-se da substituição das paredes estruturais de tijolo pelas vigas e colunas de concreto, permitindo uma grande liberdade das plantas em relação à rigidez do passado.

³⁴ “As técnicas construtivas passavam por uma fase de aprimoramento, devido em grande parte à influência da mão-de-obra imigrada... Até cerca de 1.940 a industrialização dos materiais de construção seria tímida, em escala modesta, quase artesanal. A indústria ainda não atingira estágio de atendimento do mercado nacional; em verdade, no que se refere à construção, ensaiava apenas alguns avanços. Verificava-se a importação de muitos equipamentos e materiais estrangeiros e, em contrapartida, nos centros mais modestos, os progressos estavam longe de acompanhar os das grandes cidades. Carlos Borges Schmidt revela que, por volta de 1940, em certas regiões de São Paulo, ainda era econômica, e como tal utilizada, a velha técnica de taipa de pilão”. (Ibid. 1.997. Pág. 64).

A utilização de impermeabilizantes e tacos de madeira permite o contato das residências com o chão, desaparecendo os velhos porões.

A forte imigração para as grandes cidades iria influenciar de forma definitiva a forma de construir à “portuguesa”. Italianos, franceses, alemães, suíços, etc. viriam ao Brasil com suas tradições e estilos de construir e deixaram profundas marca.

Inicia-se a época das construções populares, nas favelas e nos loteamentos das periferias. Jamais se tinha construído tanto e tão rápido com materiais precários, para poder dar alojamentos às camadas populares que migraram para as cidades.

5.3. Estilos e autores.

O panorama da arquitetura brasileira no começo do século XX, não tinha nada de alentador. Tanto no urbanismo como na arquitetura continuava impondo-se os estilos e hábitos europeus, tendo no *ecletismo* sua máxima expressão. O ecletismo, chamado em geral de *neoclássico*, teve em várias cidades grande importância, em especial no Rio de Janeiro, pela influência da Missão Francesa e do arquiteto Grandjean de Montigny.

Urbanisticamente implantam-se as grandes reformas urbanas à francesa, tomando como modelo a Paris de Haussmann do século XIX, incluindo as mansardas sob os telhados de ardósia. No Rio de Janeiro, Pereira Passos dá início a uma reforma urbana que tenta modernizar a cidade à europeia, expulsando as classes populares que moravam no centro e tentando mudar seus hábitos de vida. Inicia-se a demolição de morros, favelas, cortiços, estalagens, etc. Alargam-se ruas e calçadas, urbaniza-se o centro da cidade, para permitir sua mais importante transformação especulativa.

As relações entre os mestres-de-obras e os arquitetos, na maioria estrangeiros, cria um verdadeiro confronto a partir da entrada em funcionamento da Escola de Belas Artes.³⁵

Arquitetos nacionais e estrangeiros começam a ser conhecidos; em São Paulo, Matheus Häussler e Julius Ploy, Ramos Azevedo e Battista Bianchi.

Aos poucos, outros estilos entram em cena. As primeiras experiências arquitetônicas mais atualizadas se iniciam com a introdução do “*Art Nouveau*”, que passando pelo “*Neocolonial*” e o “*Futurismo*”, iriam conduzir ao movimento “*Modernista ou Racionalista*”.

O *Art Nouveau* implantou-se fundamentalmente em São Paulo, através da obra de Ekman e, sobretudo, de Victor Dubugras.. As casas art nouveau, situadas nos bairros jardins,

³⁵ “Assim uma rivalidade cada vez maior colocou em confronto o antigo mestre-de-obras de origem portuguesa ou local, formado no canteiro de obras, e os arquitetos, saídos da Escola de Belas-Artes do Rio ou vindos da Europa. O triunfo destes havia se tornado evidente desde 1880, de tal forma que o grupo rival foi forçado a imitá-los, ao menos parcialmente, e a utilizar como eles, as novas possibilidades da técnica moderna, a fim de tentar sobreviver”. (Bruand. Ives. 1997. Pág. 34).

desapareceram praticamente todas, dando lugar às avenidas e aos arranha-céus. No Rio, as poucas obras de Silva Costa na praia de Copacabana também desapareceram.

Contudo, a cidade brasileira mais atingida pelo art nouveau acha-se às margens do Amazonas. Trata-se de Belém, capital do Pará que, graças ao comércio da borracha, teve um desenvolvimento fantástico, mas efêmero durante a primeira década do século. A riqueza rapidamente acumulada por particulares reflete-se na construção de belas residências ou de edifícios comerciais mais ou menos suntuosos, onde podem ser encontrados vários traços “*art nouveau ou modern style*”.

Não entanto, será o “*neocolonial*” o estilo mais genuinamente brasileiro, nascido da atualização dos conteúdos da arquitetura tradicional da colônia. Os precursores do neocolonial foram estrangeiros radicados em São Paulo, o português Ricardo Severo e o já conhecido Victor Dubugras.

No Rio, Lúcio Costa, dará ao “*neocolonial*” o valor de um verdadeiro estilo, reinterpretando o passado com base em um profundo conhecimento da arquitetura colonial, evitando assim cair de novo numa cópia eclética sem valor.

A Exposição Internacional do Centenário da Independência, inaugurada em 1922, pode ser considerada o símbolo deste novo estilo.

É também nesta etapa histórica, quando se desenvolve o “*Futurismo*”, cujo máximo representante no Brasil foi um arquiteto imigrante russo formado na Itália, (e morando em São Paulo), chamado Warchavchik. O ano de 1933, marca o apogeu do estilo Warchavchik, que se inspirando nas teorias de Le Corbusier, ligava profundamente os conteúdos do funcionalismo e do cubismo arquitetônicos, em moda na década de 20.

No final desta etapa, encontramos, pois, os dois estilos arquitetônicos que foram os, antecedentes da nova “*arquitetura moderna*” brasileira, o “*neocolonial e o futurismo*”.

Se a obra de Warchavchik tornou possível o rompimento com a influência da tradição e o estabelecimento de um novo vínculo com a arquitetura internacional, o que ele não conseguiu foi impor essa arquitetura de modo definitivo.

Serão Lúcio Costa e seus companheiros arquitetos que conseguem dar este passo definitivo, pela mão de Le Corbusier.

6. 1930-2006: REPÚBLICA NOVA, DITADURA MILITAR E DEMOCRACIA BURGUESA.

6.1. A evolução da casa neste período: Aspectos funcionais e tipológicos.

a. 1930-1964: República Nova.

Neste período continua a intensa industrialização e urbanização do Brasil. As grandes cidades como Rio, São Paulo, São Salvador, etc. continuam crescendo desafortadamente, atraindo uma ingente massa de trabalhadores que precisa também de lugares onde morar. As periferias urbanas, fundamentalmente, continuam sendo o lugar privilegiado, escolhido pelo povo para autoconstruir as suas moradias, utilizando todo tipo de materiais e, inclusive, as velhas técnicas construtivas.

No período anterior à segunda guerra mundial, o Brasil desenvolve de forma autônoma o seu parque industrial, mas, depois da guerra, a dependência do Brasil aos EUA é cada vez maior.

Os centros históricos sofrem um forte processo de transformação, no qual os novos prédios de apartamentos, de escritórios e comerciais sustentam uma fortíssima especulação imobiliária.³⁶

O movimento de arquitetura moderna brasileira nasce da confluência do mais famoso dos arquitetos europeus, Le Corbusier, pai da nova arquitetura e urbanismo racionalistas e do trabalho realizado pelos jovens arquitetos brasileiros em especial Lúcio Costa.

A arquitetura, a moradia como uma máquina para viver produzida em base aos materiais da grande indústria da construção. Assim a nova arquitetura brasileira, procurara aproveitar os recursos oferecidos pelo sistema industrial nascente.

O marco inicial dessas transformações seria considerado o projeto de edifício-sede do Ministério de Educação, no Rio de Janeiro.

A partir dessa época, as obras mais representativas da arquitetura brasileira proporião uma ampla revisão dos conceitos utilizados tradicionalmente.

A utilização do concreto armado em vigas, pilares, lajes, coberturas, etc. permitiu a libertação das plantas. As funções internas das residências, os frentes e os fundos, as áreas de serviço, os pátios, as áreas e os jardins têm novas soluções, segundo os novos valores funcionais e racionais (planta livre, isolamento, arejamento, iluminação, etc.).

Claro está que os preconceitos em relação a certas parcelas do espaço residencial, em especial em relação aos locais de serviço, não lograriam desaparecer, como até hoje não desapareceram. Contudo, perderam a força de diretrizes.

Outro tanto aconteceria com as implantações dos prédios no terreno e no relacionamento e integração da arquitetura com a vegetação.³⁷

Entre as tipologias arquitetônicas, reinterpretadas em função das idéias explicitadas anteriormente, continuam sendo os prédios de apartamentos os mais oferecidos e demandados pelo mercado. Também os *conjuntos habitacionais*, que começaram a surgir nessa época como resposta das administrações públicas (em especial da Prefeitura do Rio de Janeiro), aos graves problemas habitacionais das camadas populares.³⁸

³⁶ "Este fenômeno da urbanização intensa deu um impulso sem precedentes à atividade imobiliária, que se tornou uma das mais prósperas do país... a aquisição de imóveis surgiu como uma das fontes mais lucrativas (ou pelo menos das mais seguras) de investimento de capitais disponíveis, tendo os investimentos no setor absorvido grande parte da receita nacional. A excepcional prosperidade econômica que se seguiu à guerra e a inflação que a acompanhou só vieram reforçar essa tendência". (Ibid. 1997. Pág. 19).

³⁷ "Desaparece então, a orientação frente-fundos dos projetos com toda antiga conotação de valorização e desvalorização. Fundos, frentes ou lados viriam a ser jardins e locais de estar, quando conveniente ... A isso corresponderia a possibilidade de mais eficaz disposição funcional, deslocando-se salas e dormitórios para os locais mais bem isolados e sombreados, conforme a condição do clima. Corresponderia também claramente a um desenvolvimento do paisagismo, de modo a explorar cada parcela de área livre, ligando os espaços internos aos externos" (Ibid. 1.997. Pág. 93).

³⁸ "Por outro lado, logo após da Segunda Guerra Mundial começaram a aparecer alguns conjuntos de edifícios de apartamentos cuja implantação já apresentava características totalmente renovadoras. Assim ocorreria no Parque Guinle, no Rio de Janeiro, onde o projeto de Lúcio Costa conseguiria uma disposição dos

Mas, a experiência urbanística mais interessante nessa época será o Plano da Cidade de Brasília.

b. 1964-2006: Ditadura Militar e Democracia Burguesa.

No período da ditadura militar cria-se o BNH, Banco Nacional de Habitação, que durante 22 anos (1964-1986), aplicara uma política pública habitacional excludente, dirigida fundamentalmente à classe média. Os novos conjuntos habitacionais em prédios de apartamentos ou em casas constituem as novas tipologias habitacionais, localizadas fundamentalmente nas periferias das cidades. Como consequência da falta de investimento nas classes populares ocorre o contínuo aumento das favelas, cortiços e loteamentos populares das principais cidades, apoiado no seu crescimento descontrolado em base a fortíssima emigração campo-cidade.

As novas tipologias arquitetônicas especulativas da “iniciativa privada” estão relacionadas com os prédios dos grandes “*Aranha-céus de Escritórios e de Apartamentos*” do centro da cidade e dos “*Centros Comerciais e Supermercados*” que aparecem nas periferias. Também os novos *Condomínios de Apartamentos ou de Casas* que implicam a prestação de serviços coletivos, destacando-se fundamentalmente a segurança ante a gravidade dos conflitos sociais: prédios e conjuntos habitacionais rodeados de altos muros e de sistemas sofisticados de alarmes, configurando as “*cidades-prisão*”.

As camadas populares continuam “autoconstruindo” sua moradia, solução majoritária que ainda subsiste. Surgem iniciativas vinculadas aos movimentos sociais e populares para a autoconstrução coletiva em “mutirão autogerido”, apoiados por políticas públicas de partidos progressistas em diversas prefeituras do país, mas especialmente em São Paulo, durante o começo dos anos 90.

Nos últimos anos do século XX, as grandes cidades estabilizam seu crescimento de população, mas os dados estatísticos confirmam o crescimento da moradia popular tradicional: favelas, cortiços e loteamentos periféricos. As ampliações e a verticalização da moradia popular é a resposta mais comum, em especial nas favelas, para melhorar as condições da população existente e também para prever o crescimento das famílias que continuam migrando para a cidade. O déficit habitacional do país que, segundo diferentes estudos, se situa entre sete e dez milhões de moradias.

edifícios que simultaneamente valorizaria o parque e garantiria a integração daqueles na paisagem... Também desse tempo, o conjunto residencial de Pedregulho, na Guanabara, projetado pelo arquiteto Affonso Eduardo Reidy, deveria servir de residência para funcionários da antiga Prefeitura do Distrito Federal, com baixo padrão de vida. As dimensões do terreno disponível e a própria escala do programa conduziram o arquiteto a esboçar uma unidade de vizinhança onde seria tentada a solução de toda uma série de questões até então consideradas como fora do plano da habitação, mas que haviam sido resolvidas dentro dessa na ordem tradicional – e que, por isso, estavam sendo ignoradas em nossos dias. Desse modo, além dos pavilhões residenciais, foram projetados e construídos equipamentos para uso comum, como escola primária, ambulatório médico, mercado e praça de esportes”. (Ibid. 1.997. Pág. 94 e 96).

6.2. Materiais e Técnicas construtivas.

a. República Nova.

Poderíamos dizer que a grande revolução da arquitetura moderna foi a necessidade de arquitetura e indústria da construção caminharem unidas para poder resolver as grandes necessidades de habitação da população, que cada vez em maior quantidade se acumulava nas cidades.

Jamais se construíram tantos apartamentos para a classe média como nessa época, dentro de um mercado imobiliário baseado nos salários dessa população, cuja participação não era maior que 30% da população total das cidades.

Tecnicamente, a renovação não se restringiu ao uso do concreto armado. As limitações de importação e as necessidades internas do país, no período da Segunda Guerra Mundial, que persistiriam em seguida e até hoje, constituiriam estímulo suficiente para que a indústria fosse substituindo completamente os materiais importados, por produtos nacionais.

Essas mudanças se refletiriam na arquitetura: janelas, portas, luminárias, ferragens, louças sanitárias ou elementos de decoração como cortinas e móveis, tapetes e objetos de adorno seriam aos poucos influenciados por uma renovação geral do gosto, cujas origens podem ser encontradas no movimento da arquitetura contemporânea, no cubismo e na arte abstrata.

As mudanças estruturais, as novas possibilidades da planta livre e dos sistemas de cobertura, resolvidos agora com telhas de novos materiais, com pequenas inclinações, apoiadas sobre as lajes de concreto e ocultas sob discretas platibandas, daria ensejo a uma geometrização geral dos volumes, nos termos dos modelos estrangeiros das casas de teto plano, de gosto cubista. Internamente essa inovação possibilitaria a variação dos níveis de pé-direito em cada compartimento acompanhando a declividade suave do telhado.

b. Ditadura e Democracia Burguesa.

As mudanças nos materiais e técnicas construtivas durante os últimos anos do século, estão relacionadas com a produção industrializada, pré fabricada e modulada de muitos dos seus componentes, para permitir a execução de grandes quantidades de moradias, tal como aconteceu na maioria dos países desenvolvidos.

Não entanto, este processo, pensado fundamentalmente para dar resposta às grandes demandas dos setores populares, demorou em ser utilizado. As condições objetivas do Brasil, como país em desenvolvimento com um grande exército de reserva de trabalhadores da construção, e com salários baixos, possibilitou a manutenção da “manufatura seriada”³⁹ como método tradicional da construção, incluso nos conjuntos habitacionais e condomínios de caráter privado que, excepcionalmente, adotaram esses métodos de construção industrializada.

³⁹ Ferro, Sergio, 2006.

O aço e o cimento se impõem nas grandes estruturas dos arranha-céus e dos prédios de apartamentos, escritórios e comerciais. As grandes firmas, os profissionais liberais e as classes médias e abastadas são os únicos destinatários possíveis desses prédios.

Em contraposição, às classes populares continuam usando matérias tradicionais na autoconstrução de suas moradias, aparecendo, no caso das soluções coletivas de “mutirão autogerida” a utilização de materiais e de técnicas “alternativas”. Nos últimos anos, a preocupação pela crise ecológica e ambiental, faz aparecer a utilização de materiais e de tecnologias construtivas vinculados aos conceitos básicos da arquitetura bioclimática.

6.3. Estilos e autores.

a. República Nova.

Até 1930, a Escola de Belas Artes, dirigida por José Mariano Filho, estava dominada pelo modismo do “*neocolonial*”, seguido ardorosamente pelos jovens arquitetos e em especial por Lúcio Costa, que depois de ser nomeado diretor da Escola, foi demitido nesse mesmo ano.

Nessa década, os arquitetos brasileiros lutam para ser reconhecidos ante os mestres pedreiros, depois da criação do Instituto Brasileiro de Arquitetura em 1921.⁴⁰

A formação classicista da Escola de Belas Artes e, portanto, a melhoria dos arquitetos que trabalham nos múltiplos concursos públicos da época não impede que, em 1936, o Ministro de Educação Gustavo Capanema encomende a Lúcio Costa o projeto do novo Ministério de Educação e Saúde no Rio de Janeiro.

A partir desse momento a arquitetura moderna, o “*estilo racionalista*” será amplamente seguido pelos arquitetos mais importantes e também, depois da segunda guerra mundial, pela moda e pelo mercado.

Entre os arquitetos, destaca-se **Lúcio Costa**, que, com a sua profunda cultura arquitetônica, foi capaz de ligar o “*neocolonial*” ao “*racionalismo*”, estabelecendo uma ponte teórica e prática entre ambos os estilos. Além de diretor da Escola das belas Artes, Lúcio Costa foi Diretor do Serviço de Patrimônio Histórico Artístico Nacional (SPHAN) entre 1937 e 38.

Na sua primeira etapa profissional, entre os anos 1930-34, trabalha com Warchavchik para, posteriormente à experiência do Ministério, desenvolver um grande número de projetos de casas e mansões⁴¹.

⁴⁰ “... era total a falta de organização da construção civil: os mestres pedreiros, que ainda conservaram o velho título medieval de mestres-de-obra - e cuja única formação era a recebida nos canteiros de obra, como na época colonial -, dominavam ainda o mercado por volta de 1925. O Instituto Brasileiro de Arquitetura (hoje, Instituto dos Arquitetos do Brasil), que congregava os arquitetos diplomados, só foi efetivamente fundado em 1921..., e a luta que empreendeu pelo reconhecimento das verdadeiras funções do arquiteto e pela restrição do campo de atividades dos construtores licenciados, só terminou em 1933, quando um decreto regulamentou a profissão, deixando aos mestres-de-obra determinadas prerrogativas e o direito de usar o título de arquitetos-construtores”. (Bruand, Ives. 1997. Pág. 22).

⁴¹ “1937. Casa de Roberto Marinho. Rio de Janeiro. 1942-43. Casa Argemiro Hungria Machado, Rio de Janeiro. 1945. Casa do Barão de Savedra, Petrópolis. Casa da Sra. Roberto Marinho, Petrópolis. 1950. Casa do arquiteto Paulo Candiota. Rio de Janeiro. A organização das plantas dessas casas tinham certos invariantes: Continuidade interior, exterior. Paredes inteiramente envidraçadas entre cômodos e jardim. Incorporação de pátios internos e varandas contíguas aos dormitórios. Os materiais de construção utilizados também eram bastante uniformes: Concreto armado, pilotis, lajes, pérgulas, etc. Coberturas de telha canal com pequena pendente. Beirais em casos excepcionais, necessários. Treliças de madeira, inspiradas nas

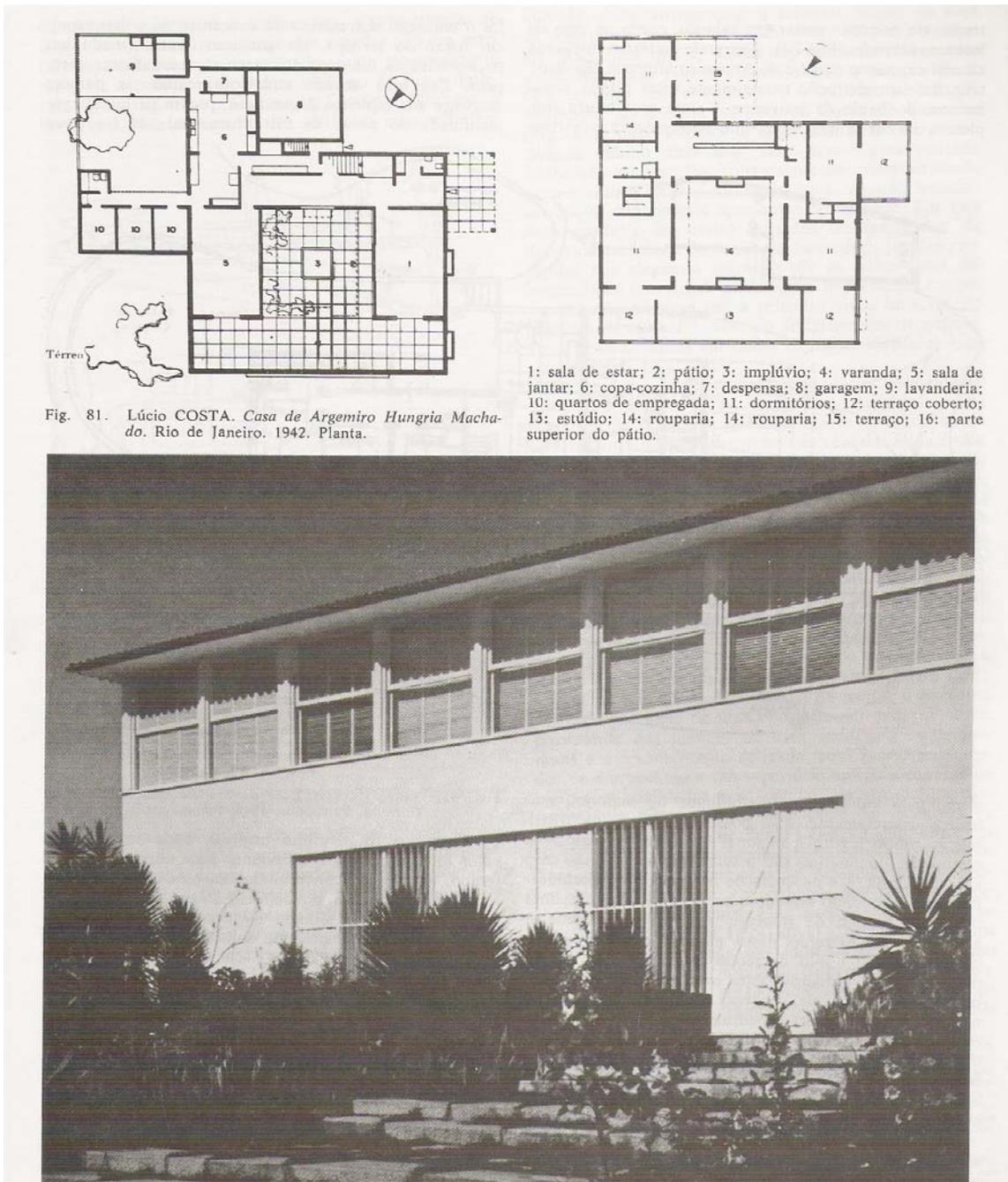


Fig. 81. Lúcio COSTA. *Casa de Argemiro Hungria Machado*. Rio de Janeiro. 1942. Planta.

1: sala de estar; 2: pátio; 3: implúvio; 4: varanda; 5: sala de jantar; 6: copa-cozinha; 7: despensa; 8: garagem; 9: lavanderia; 10: quartos de empregada; 11: dormitórios; 12: terraço coberto; 13: estúdio; 14: rouparia; 14: rouparia; 15: terraço; 16: parte superior do pátio.

Imagem 6: . Lúcia Costa. *Casa de Argemiro Hungria Machado*. Rio de Janeiro 1942 (Bruand, Yves, 1997, p. 127.)

Em 1939, realiza com Oscar Niemeyer o projeto de Pavilhão do Brasil na Exposição Internacional de Nova York, obra racionalista especialmente bem projetada e bem

venezianas da época colonial, e muxarabis ... balaustradas ... pérgulas...Utilização majoritária da cor branca e das tonalidades ocres da madeira. E não utilização do azulejo.

sucedida. Destaca-se posteriormente o projeto do Hotel do Parque São Clemente, em Nova Friburgo, obra de 1944, encomendada pela família Guinle e inteiramente feita de materiais naturais disponíveis no local, em uma mistura de arquitetura racionalista e organicista com claros elementos coloniais.

Em 1948, realiza uma das suas melhores obras, o Conjunto Residencial do Parque Guinle no Rio de Janeiro.

Depois de realizar, nos anos 50, algumas intervenções internacionais, dentre as quais destacamos ter feito parte do júri dos anteprojetos do prédio da UNESCO em Paris, Lúcio Costa se apresenta em 1957 ao Concurso de Anteprojetos do Plano da Nova Cidade de Brasília. Concurso que ganhará e ao qual vai destinar grande parte dos próximos anos da sua vida.

A obra de Lúcio Costa deixou uma grande influência entre os arquitetos de diversas regiões do país.⁴²

Outros importantes arquitetos do estilo racionalista merecem um destaque próprio, devido à importância da sua obra. Dentre eles destacaremos Reidy e Niemeyer.

Affonso Eduardo Reidy (1909-1964) inicia sua profissão com temas urbanísticos, colaborando em 1929 com Alfred Agache no Plano Piloto do Rio de Janeiro. Em 1932 entra para os serviços da Prefeitura do Rio como chefe da seção de Arquitetura, Habitação Popular e Urbanismo, desenvolvendo obras públicas de amplo conteúdo urbanístico e social, entre as quais destacamos a urbanização do Aterro e Parque do Flamengo e os conjuntos residências de Pedregulho e da Gávea.⁴³ Entre 1954 e 1955, trabalha como encarregado do curso de Urbanismo na Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil. Em 1959, é dos poucos arquitetos que não se apresentam ao concurso do Plano de Brasília. Na última etapa da sua vida, realizou o projeto do MAM, Museu de Arte Moderna no Rio de Janeiro, uma das obras da arquitetura racionalista brasileira mais marcantes.

Oscar Niemeyer. Mas, se algum arquiteto contemporâneo pode ser citado entre os principais representantes da arquitetura moderna, este seria Oscar Niemeyer, aquele que se atreveu a quebrar a rigidez racionalista através da sua criatividade e dos riscos assumidos pelos engenheiros de suas obras, em especial Joaquim Cardoso, com quem Niemeyer tem uma grande dívida, pois poderíamos dizer que Niemeyer é um arquiteto e escultor.

Seus primeiros passos na obra coletiva do Ministério de Educação e Saúde (1936) têm continuação, também com Lúcio Costa, no Pavilhão do Brasil na Exposição Internacional de Nova York em 1939.

Nos anos posteriores, o projeto do grande Hotel de Ouro Preto (1940), exemplo de equilíbrio entre a nova e a antiga arquitetura, assim como o Conjunto da Pampulha (1942),

⁴² Dentre eles destacamos os seguintes: Na região Centro Sul; Francisco Bolonha, Carlos Frederico Ferreira, Marcos Vasconcelos, Marcelo e Milton Roberto, Sérgio Rodrigues e Ennes Silveira Mello. Em Salvador de Bahia; Gilberto Chaves, e por último Delfim Amorim e Acácio Gil Borsoi em Recife.

⁴³ O conjunto de Pedregulho (1947) tem residências para funcionários municipais, incluindo os serviços e equipamentos sociais. Para definir o programa, Reidy realizou uma detalhada pesquisa sociológica. O conjunto foi realizado só parcialmente. O conjunto da Gávea (1952) é similar ao anterior, mas só foi executado o prédio principal. A partir de 1967, a obra ficou paralisada por dez anos.

onde diferentes edifícios (Cassino, Clube, Salão de Danças Populares e Igreja-Capela de São Francisco de Assis) criam um harmonioso conjunto integrado ao espaço natural de um lago, constituindo um das primeiras encomendas que o então prefeito de Belo Horizonte, Juscelino Kubitschek, fez ao seu arquiteto preferido e que, posteriormente, com Juscelino de Presidente do Brasil, teriam a sua máxima expressão em Brasília.

Niemeyer, como arquiteto, foi o contraponto de Lúcio Costa⁴⁴. Sua máxima preocupação era a plástica moderna. As pesquisas estruturais desenvolvidas por Niemeyer, os pilotis em V e W e as formas livres de arcos, abóbadas e rampas tinham também como objetivo fundamental a estética. Assim aconteceu nos projetos dos anos 40 e 50, antes de Brasília e, especialmente, no conjunto do Parque de Ibirapuera em São Paulo.

O apogeu da sua obra acontece com o Plano da nova capital Brasília. Em 1956, Niemeyer é nomeado por Kubitschek, arquiteto geral de Brasília, formando parte do júri do Plano da Cidade. Inclusive em Brasília, Lúcio Costa realiza o Plano Diretor e Niemeyer, o escolhido de Juscelino, os projetos dos principais edifícios públicos e dos monumentos.



Imagem 7: Affonso E. Reidy. Unidade Residencial da Gávea. Rio de Janeiro. 1952. (Bruand, Yves, 1997, p. 232.)

⁴⁴ “Ao contrário de Lúcio Costa, Niemeyer jamais foi um pensador e um teórico da arquitetura...Na verdade as idéias de Niemeyer podem ser resumidas em alguns pontos: Recusa de se deixar prender por preocupações de ordem social. Rejeição de todo tradicionalismo. E valorização da arquitetura como arte plástica ...” (Ibid. 1997. Pág. 151 e 152).

Além dos arquitetos citados anteriormente, não poderíamos esquecer de outro importante número de profissionais que utilizou a arquitetura racionalista como estilo fundamental de seus projetos. A arquitetura racionalista teve tal impacto que poucos arquitetos da época fugiram dela.

Da mesma época que "*o racionalismo*", mas à margem dele, são as novas tendências da arquitetura moderna conhecidas como "*organicismo*" e "*brutalismo*". No Brasil, estes estilos se desenvolvem de forma parcial e, quase exclusivamente, em São Paulo.

A arquitetura "*orgânica*" recusa a arquitetura de espírito clássico e racionalista, baseada na razão abstrata e na geometria, opondo a ela um funcionalismo natural ou psicológico, no qual triunfa a intuição e a glorificação dos sentimentos interiores. O mestre da arquitetura orgânica, o arquiteto americano Frank Lloyd Wright, teve vários discípulos no Brasil.⁴⁵

A arquitetura "*brutalista*" pega o nome do uso abundante e natural do concreto armado, nos projetos de arquitetura e a influência vem do próprio Le Corbusier e da arquitetura brutalista inglesa dos anos 1940 e 50. No Brasil, o arquiteto mais representativo deste estilo é Vilanova Artigas (a partir de 1944 e depois de sua etapa organicista), além de seus discípulos.⁴⁶

b. Ditadura e Democracia Burguesa.

A construção de Brasília, o impulso ao desenvolvimento nacional assumido pelos governos da época e a ilusão da participação dos técnicos – em especial dos arquitetos – como responsáveis por uma arquitetura voltada para os interesses nacionais, foram idéias progressistas, finalmente manipuladas a partir de 1964 pelo regime militar. Lucio Costa em representação da Escola Carioca e Vilanova Artigas e Flavio Motta em representação da Escola Paulista, foram os máximos expoentes de esta tendência que se manteve durante a época da ditadura e que como veremos no apartado posterior, dedicado a “arquitetura popular contemporânea”, deu origem a um dos debates mais interessantes de nossa cultura arquitetura, relativa ao papel dos arquitetos e do projeto arquitetônico, na resolução dos problemas nacionais relativos aos graves problemas de moradia das classes populares.

No início de período pós-Brasília, a superação do funcionalismo pelo formalismo da exploração plástica, idéia inicialmente atribuída ao “mestre” Niemeyer e posteriormente assumida também pelo “mestre” Artigas – ambos militantes do PCB – possibilitou o estabelecimento de essa “arquitetura moderna formalista” como modelo a copiar sem a possibilidade de ser criticada.

A exploração plástica das estruturas de concreto armado “o brutalismo”, se difundiu na década de 1960. Durante a década seguinte, a arquitetura moderna em concreto aparente, em continuidade com Brasília, constituiu-se numa expressão arquitetônica hegemônica na

⁴⁵ A primeira etapa profissional de vários arquitetos brasileiros enveredou por este estilo destacando entre eles: Vilanova Artigas, Rino Levi, Oswaldo Bratke, Wilson Reis Netto e Sérgio Bernardes.

⁴⁶ Entre eles: Joaquim Guedes, Carlos Millan, P. Mendes da Rocha e J.E. de Gennaro e Sérgio Ferro.

arquitetura nacional, que detinha os direitos da modernidade, embora cada vez mais encerrada em questões estilísticas.

A partir de meados da década de 1970, entramos na etapa do novo ideário da arquitetura nacional indicado anteriormente, voltado a um maior comprometimento da arquitetura com a realidade social. Período caracterizado pela concomitância entre posições dispares, demonstrando as dificuldades da crítica à arquitetura moderna brasileira. A arquitetura moderna era o modelo a seguir para o desenvolvimento nacional, independentemente do sistema social dominante, incluso na ditadura militar. De fato a arquitetura moderna brasileira sempre esteve associada ao patrocínio estatal como estimulador do seu desenvolvimento. Finalmente, o idealismo acadêmico baseado numa falsa tecnologia e tecnocracia planificadora, toma conta da arquitetura e do planejamento urbano, adotando os modelos e interesses norte americanos, predominantes nos governos militares.

Nos anos 80, ecos do debate internacional em torno do pós-moderno, permearam as discussões arquitetônicas nacional, configurando-se um antagonismo entre arquitetura moderna progressista *versus* o conservadorismo da arquitetura “pós-moderna”, perfeitamente inserida no consumismo da sociedade capitalista.

Finalmente, nos anos 90, ante o despreparo teórico para superar a crise da arquitetura moderna brasileira, persiste a idéia de que a arquitetura carece de um corpo teórico consistente, que substitua a falência dos princípios da arquitetura moderna. Idéia, ate certo ponto associada à ausência de um discurso ideológico que se alie a um dos caminhos da arquitetura atual.

No entanto, para alguns teóricos⁴⁷ da arquitetura oficial, é possível perceber um corpo de idéias dominantes na arquitetura brasileira contemporânea, da arquitetura pós-Brasília, cujas características principais são:

- A continuidade com a arquitetura moderna, valorizando coerência construtiva, adequação climática e relação equilibrada entre custo e benefício.
- O reconhecimento dos mitos e injustiças da historia oficial da arquitetura moderna, levando a uma tendência de revisão histórica e reconhecimento de tendências e caminhos diversos, anteriormente menosprezados.
- A afirmação da importância da especificidade da disciplina, em substituição à análise político-ideológica da arquitetura.
- A valorização da historia, da realidade e do cotidiano em que se vai intervir.
- A revalorização do espaço urbano tradicional, com conseqüente valorização do meio urbano na inserção da obra arquitetônica.
- A valorização dos espaços qualificados e hierarquizados.
- A persistência da senda popular

Entre as obras de caráter residencial a destacar de este período, diferenciamos as relativas a conjuntos habitacionais, incluso de escala urbana, de aquelas outras de menor tamanho relativas a casas e residências coletivas.

⁴⁷ Junqueira Bastos, Maria Alice, 2003.

- Conjuntos habitacionais:

- Complexo habitacional de Alfabarra, construído na Barra da Tijuca em Jacarepaguá (Rio de Janeiro), entre os anos de 1975 e 1988. Obra do arquiteto Luiz Paulo Conde junto a outros parceiros. Um conjunto de 3.000 unidades habitacionais em varias torres de vinte e dois pavimentos acompanhadas de edifícios da garabito mais baixo que abrigam equipamentos públicos. Definido pelos próprios autores como “neo-racionalismo tropical” respondendo aos aspectos climáticos e regionais.

- Núcleo habitacional do Inocoop-Cafundá, construído em Rio de Janeiro entre 1878 e 1982. Obra do arquiteto Sergio Ferraz Magalhães junto a outros parceiros. Um conjunto de 1443 unidades habitacionais, conformado por vários edifícios de apartamentos com fachada dupla criando uma “ilha urbana” com traçado diferenciado. Os edifícios galgam o terreno em pequeno morro, abrindo entre si espaços comunitários que culminam numa praça na cota mais elevada. Os equipamentos públicos previstos no conjunto, se localizam permitindo a integração com o bairro. A semelhança com o conjunto de Lucio Costa para o parque Guinle é evidente.

- Cidade Planejada de Caraíba, obra de Joaquim Guedes & Associados. Um projeto de nova cidadezinha nordestina para 15000 habitantes, desenvolvido entre 1976 e 1982 por encomenda do BNDES, para servir de núcleo de mineração numa região rica em jazidas de cobre, localizada em região semi-árida, de caatinga, a cerca de 500 quilômetros de Salvador, na Bahia. Uma experiência interessante de recuperação da tradição urbanística e arquitetônica dos habitantes dos pequenos núcleos urbanos locais existentes na região. Recuperação dos traçados urbanos em xadrez, das ruas, das praças e parques, da arborização e dos edifícios públicos. Aposto pelas tipologias de casas geminadas com pátio e lote, executadas com materiais e técnicas construtivas tradicionais, melhorados e adaptados ao clima árido da região.

- Casas e residências:

- Residência Helena Costa. Um projeto de arquitetura humanizada, natural, singela e espontânea em continuidade com a obra – ao mesmo tempo moderna e tradicional – de seu autor o arquiteto Lucio Costa. Projeto localizado em Rio de Janeiro e executado com materiais tradicionais entre 1980 e 1984.

- Residência dos Padres Claretianos. Projeto de dois jovens arquitetos, Affonso Risi Jr. e José Mário Nogueira de Carvalho Jr. Localizado em Batatais, São Paulo e realizado entre 1982 e 1984. Recuperação da tipologia medieval do mosteiro e do claustro, em um conjunto de pequena escala, onde predomina a utilização do tijolo aparente como material de fechamento e também estrutural em coberturas de abóbadas, cúpulas e lajes planas. Uma alternativa que, afastando-se das técnicas construtivas mais tecnológicas, busca redescobrir técnicas antigas e aproveitar, a seu favor, as condições advindas da falta de recursos, valorizando ao mesmo tempo, o trabalho aprimorado dos pedreiros no canteiro de obra.

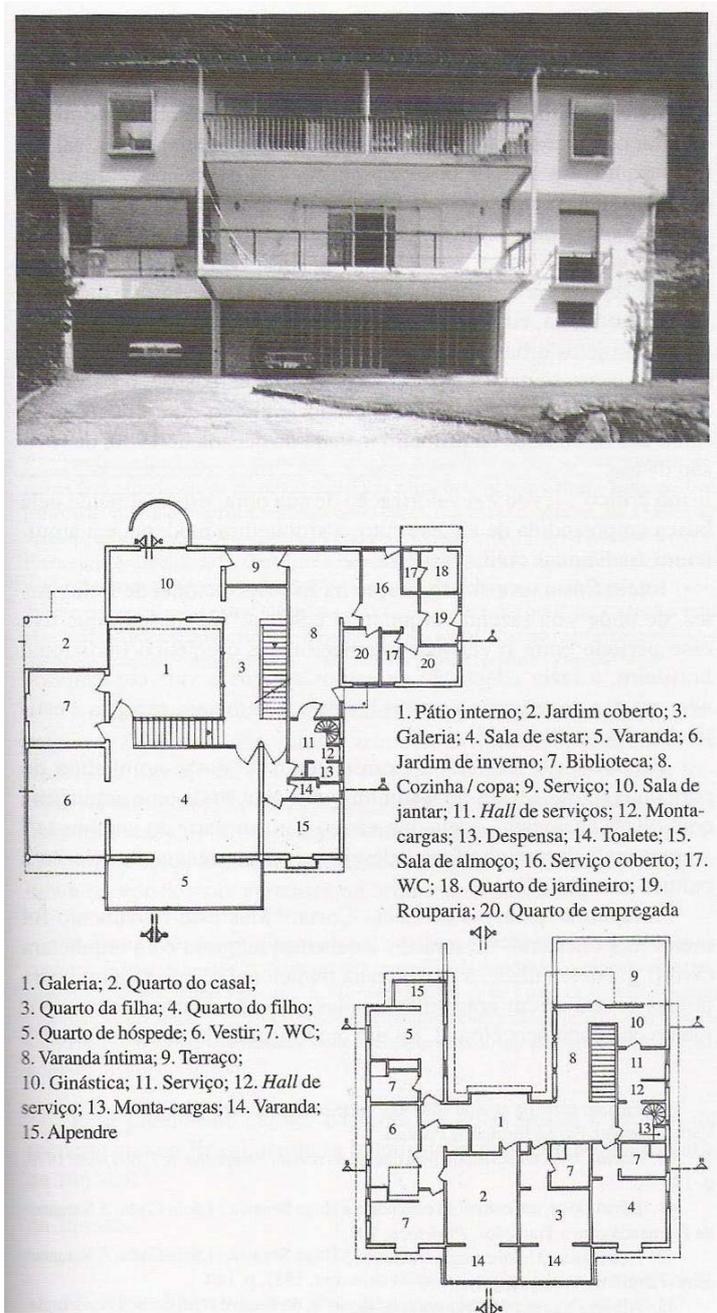
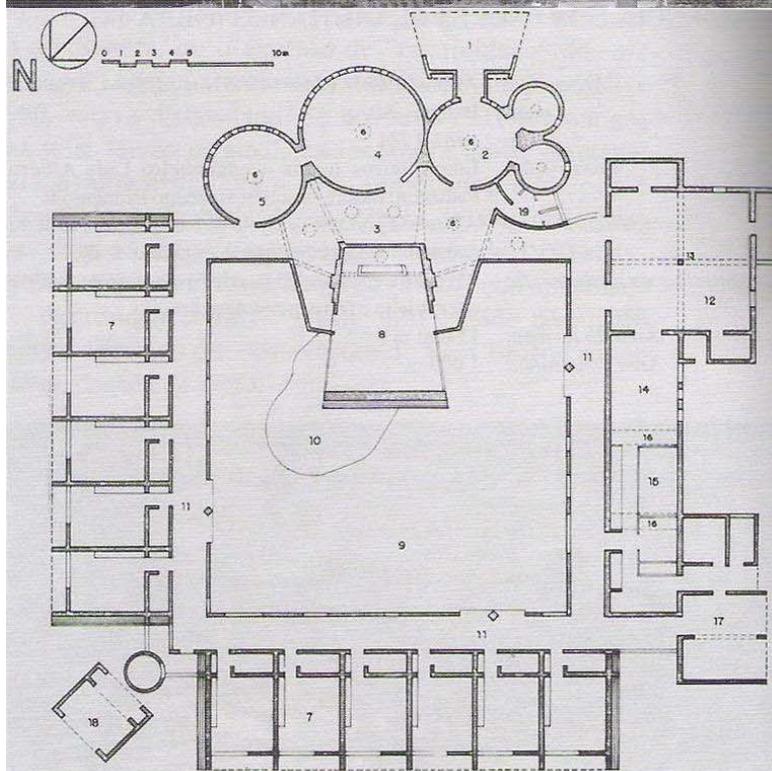


Imagem 8: Lúcio Costa. Residência Helena Costa. Rio de Janeiro. 1980. (Junquera Bastos, Maria Alice, 2003, p. 137.)



Planta baixa do conjunto, *apud*, *Projeto*, n. 137, dez. 1990/jan. 1991, p. 34.

1. Acesso; 2. Recepção; 3. Galerias com arcos; 4. Reuniões; 5. Estar; 6. Domo; 7. Dormitório e sanitário; 8. Capela; 9. Pátio; 10. Espelho de água; 11. Claustro; 12. Refeitório; 13. Pilar de granito; 14. Cozinha; 15. Serviços; 16. Projeção da iluminação; 17. Garagem; 18. Coletor de energia solar; 19. Sanitário.

Imagem 9: Affonso Risi Jr. e José Mário Nogueira de Carvalho Jr. Residência dos Padres Claretianos. Batatais, SP. 1982. (Junquera Bastos, Maria Alice, 2003, p. 147 e 148.)

- Alojamentos do Centro de Proteção Ambiental da Usina Hidrelétrica de Balbina. Projeto de Severiano Mário Porto e Mário Emílio Ribeiro, localizada em Manaus e executada nos

anos de 1983 a 1988. Os alojamentos se inserem dentro do conjunto em um dos seus lados. Utilizando estruturas independentes das coberturas em madeira e cavacos – extraídos do próprio local – as plantas dos alojamentos e dos demais prédios ficam totalmente liberadas sob as grandes coberturas contínuas e muito bem ventiladas e sombreadas, adaptadas perfeitamente ao clima da Amazônia. Dentro do contexto do “regionalismo arquitetônico” os autores revisam os conteúdos da arquitetura moderna, mediante a introdução, nos seus postulados genéricos, das características culturais, construtivas e climáticas de cada lugar. Outras obras dos autores, como a “Pousada da Ilha de Silves” (1979-1983) e o “Campus da Universidade de Amazonas” (1981-1990), confirmam essa tendência.

Dentro do ponto de vista da visão oficial da arquitetura realizada por arquitetos, chegamos assim, ao final do atual quadro da arquitetura pós-moderna, inserida em uma estrutura social capitalista, neoliberal e global. Neste contexto, a casa, a moradia, é considerada uma mercadoria, e ao mesmo tempo um fetiche de consumo, onde o “desenho” arquitetônico elaborado com o trabalho de pelo técnico-arquiteto colabora no processo de produção de um habitat, que só pode ser comprado no mercado pelas camadas sociais mais abastadas, deixando de lado a resolução das “necessidades de alojamento” de uma grande maioria da população de nosso país.

No seguinte apartado, intentamos dar uma outra visão alternativa das experiências acontecidas também em nosso país, derivadas das posições teóricas e práticas assumidas por outros arquitetos, técnicos e povo em geral, para resolver as necessidades de moradia popular, reivindicando um direito coletivo, reconhecido na nossa Constituição.

7. ARQUITETURA POPULAR CONTEMPORÂNEA⁴⁸.

7.1 A Arquitetura Nova.

A chegada da ditadura militar implicou em uma ruptura no campo do pensamento arquitetônico progressista, fundamentalmente entre Vilanova Artigas e seus discípulos que absorveram e reelaboraram seu pensamento: Sérgio Ferro, Rodrigo Lefèvre e Flávio Império.

A arquitetura moderna brasileira dos anos anteriores ao 64, quando não era oficial e monumental, sempre foi de casas burguesas. O pensamento progressista de Artigas, se sustentava fundamentalmente na elaboração “austera” da casa paulista burguesa -como processo de educação da elite- e nas necessidades do desenvolvimento e da modernização da sociedade burguesa, que no caso da arquitetura, encontraria na industrialização e pré-fabricação da construção as premissas para resolver os problemas da moradia popular.

A experiência de Brasília, longe de representar “uma otimista atividade antecipatória” do “sentido coletivista da produção”, reproduziu as contradições da modernização brasileira

⁴⁸ Neste apartado, intentaremos seguir o pensamento expressado por Pedro Fiori Arantes no seu livro “*Arquitetura Nova*”. Os textos de artigos que se citam podem ser consultados no livro de Sérgio Ferro, “*Arquitetura e trabalho livre*”

em escala inaudita. Sem entrarmos no significado do projeto, basta lembrar que a capital foi erguida em quatro anos num dos canteiros mais selvagens da história. Alojados em condições subumanas, trabalhando mais de doze horas por dia, obrigados a fazer viradas e horas extras incessantemente, centenas de “candangos” morreram quando não caídos do andaime, assassinados a mando da construtora. Ao fim, não tiveram direito a um espaço na cidade e fizeram suas casas precárias nos acampamentos satélites. Brasília talvez tenha sido a síntese da arquitetura brasileira, mas longe de mostrar na “beleza” de seus palácios as esperanças de uma “alvorada”, ela parece encarnar a própria promessa monstruosa da modernização brasileira.

Já no ano de 1963, antecipando-se ao golpe militar, Sérgio Ferro e Rodrigo Lefèvre publicam “*Proposta inicial para um debate: possibilidades de atuação*”, onde elaboram as primeiras idéias sobre a “poética da economia” e a “arquitetura nova”. Através da crítica do maneirismo na arquitetura – cuja irracionalidade não teria outra função senão encobrir as questões de classe, a divisão entre trabalho e capital colocadas de manifesto nas relações de produção – indicam as contradições entre as necessidades de ganância dos donos dos meios de produção e do capital e as necessidades de moradia dos trabalhadores obrigados a vender sua força de trabalho. Surge a nova estética do mínimo necessário, da utilização dos materiais de construção simples e tradicionais, da eliminação do supérfluo nas bases de nossa realidade histórica, da necessidade de reduzir o custo da construção.

A poética da economia define uma posição: reconhecer as condições em que a grande maioria da população é obrigada a enfrentar a problema da habitação, a “autoconstrução”, extraindo daí uma solução material para a casa popular e uma resposta expressiva e crítica ao subdesenvolvimento.

Vários projetos dos discípulos de Artigas, começam a colocar na prática as idéias sustentadas nos seus escritos. Flávio Império executa em 1961, a casa Simon Fausto em Ubatuba. Sergio Ferro, executa em 1961-62, duas experiências emblemáticas para definir o sentido da arquitetura nova: A casa Boris Fausto, em São Paulo, como aposta nas possibilidades da industrialização da construção – que finalizou em fracasso pelos defeitos dos elementos industrializados – e a Casa Bernardes Issler, em Cotia, experiência de construção a partir da racionalização dos materiais e técnicas populares, onde utiliza uma cobertura em abóbada circular, como solução econômica (e também poética) para o habitat popular com um custo bastante baixo: o preço do metro quadrado de construção não ultrapassou a metade do preço em São Paulo.

Flávio Império e Rodrigo Lefèvre projetam em 1965 a casa para Ernest e Amélia Império, um dos melhores exemplos das características da arquitetura nova, mas não foi executada.

Em 1967 Artigas, apesar da repressão exercida contra ele pelo regime militar é convidado, e aceita realizar o projeto de um conjunto habitacional em Guarulhos, São Paulo, para 60.000 pessoas. Artigas junto a Paulo Mendes Rocha e Fabio Penteadó, são os arquitetos contratados para desenvolver o projeto que deveria, posteriormente, ser adotado como modelo de política estadual. A encomenda é da CECAP (Caixa Estadual de Casas para o Povo). O Conjunto Zezinho Magalhães, desenvolve os estudos de Artigas sobre a casa paulista, e estava previsto para ser executado por sistemas construtivos pré-fabricados, mas, finalmente, foi realizado de forma tradicional, com o uso intensivo de mão-de-obra e pouca

mecanização. Artigas participaria posteriormente em outros vários conjuntos habitacionais da CECAP.

Sérgio Ferro, o principal teórico do grupo, tentará explicar este atraso da indústria da construção em Brasil. No texto *“Arquitetura Nova”*, escrito em 1967, analisa as relações de produção no canteiro de obras. Identifica à “manufatura seriada”⁴⁹ como a forma de , execução das maiorias das obras do país, com apenas existência de médios mecanizados e industrializados. Aposta por uma nova posição de colaboração e dialogo entre técnicos e trabalhadores, por uma nova organização do trabalho, pela superação da técnica que não é neutra, da técnica que intrinsecamente instaura relações de produção e dominação.

Em 1968, o regime militar se radicaliza, assim como as posições dos discípulos e do mestre. O lugar do confronto o Fórum da FAU de São Paulo. A “racha” acontece e posteriormente, em 1969, Sérgio ferro publica *“A produção da casa no Brasil”*, também denominado *“A casa popular”* -um primeiro esboço de *“O canteiro e o desenho”*, seu mais famoso texto que seria publicado em 1976 quando exilado encontrava-se em Grenoble, na França. Utilizando a pesquisa em andamento do professor Carlos Lemos *“Habitação popular paulistana autoconstruída”*, realiza um análise marxista da produção da moradia como mercadoria dentro do sistema capitalista⁵⁰. Identifica a manufatura seriada como a forma de exploração dos trabalhadores da construção no canteiro de obra. O papel conivente do projeto e do desenho arquitetônico na produção da mercadoria construída. A impossibilidade da industrialização da construção nos países subdesenvolvidos. O papel do exercito de reserva dos trabalhadores da construção e os baixos níveis de salários para a manutenção da manufatura e para a obtenção de mais-valia crescente no especulativo mercado da moradia, especialmente nos países subdesenvolvidos e como carateristica especifica deles. A moradia popular autoconstruída, como forma majoritária de resolução das necessidades de moradia, resultado das pressões vitais, recorrendo às soluções mais atrasadas e acarretando desconforto e prejuízos mediatos maiores. A autoconstrução assim, torna-se uma *antipoética da economia*: extraindo do mínimo, apenas o mínimo para a sobrevivência. A produção aparentemente marginal revela o sistema totalmente inclusivo⁵¹.

Em projetos posteriores, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre executam em 1968 a casa Juarez Brandão, considerado o projeto culminante da arquitetura nova. Uma casa com duas abóbadas e dois pavimentos, exemplo de casa burguesa. A casa, que nasceu para ser uma agressão e uma denúncia, segundo Rodrigo, foi considerada bonita e assimilada como mais um modismo.

⁴⁹ Segundo Sérgio Ferro, a manufatura seriada e o sistema de trabalho utilizado na construção civil, onde atuam operários especialistas em diversas tarefas que são executadas umas atrais das outras, sem apenas relação entre os trabalhadores e baixo o controle do mestre-de-obra e do “desenho” arquitetônico.

⁵⁰ Sérgio conta que “nós começamos a nos perguntar: qual o papel da construção na economia política?...Isso foi fundamental, mostrar que, no fundo, a questão da casa popular, que é importantíssima, não será nunca resolvida se não atingirmos o que está mais embaixo ainda, que é o sistema de exploração global do trabalhador e, no nosso campo, considerando especificamente a forma, como a construção civil entra nesse sistema” (Fiori Arantes, Pedro, 2002, p.107).

⁵¹ Neste texto, Sérgio já indicava que diante da forte migração campo-cidade, a melhor reforma urbana seria a reforma agrícola.

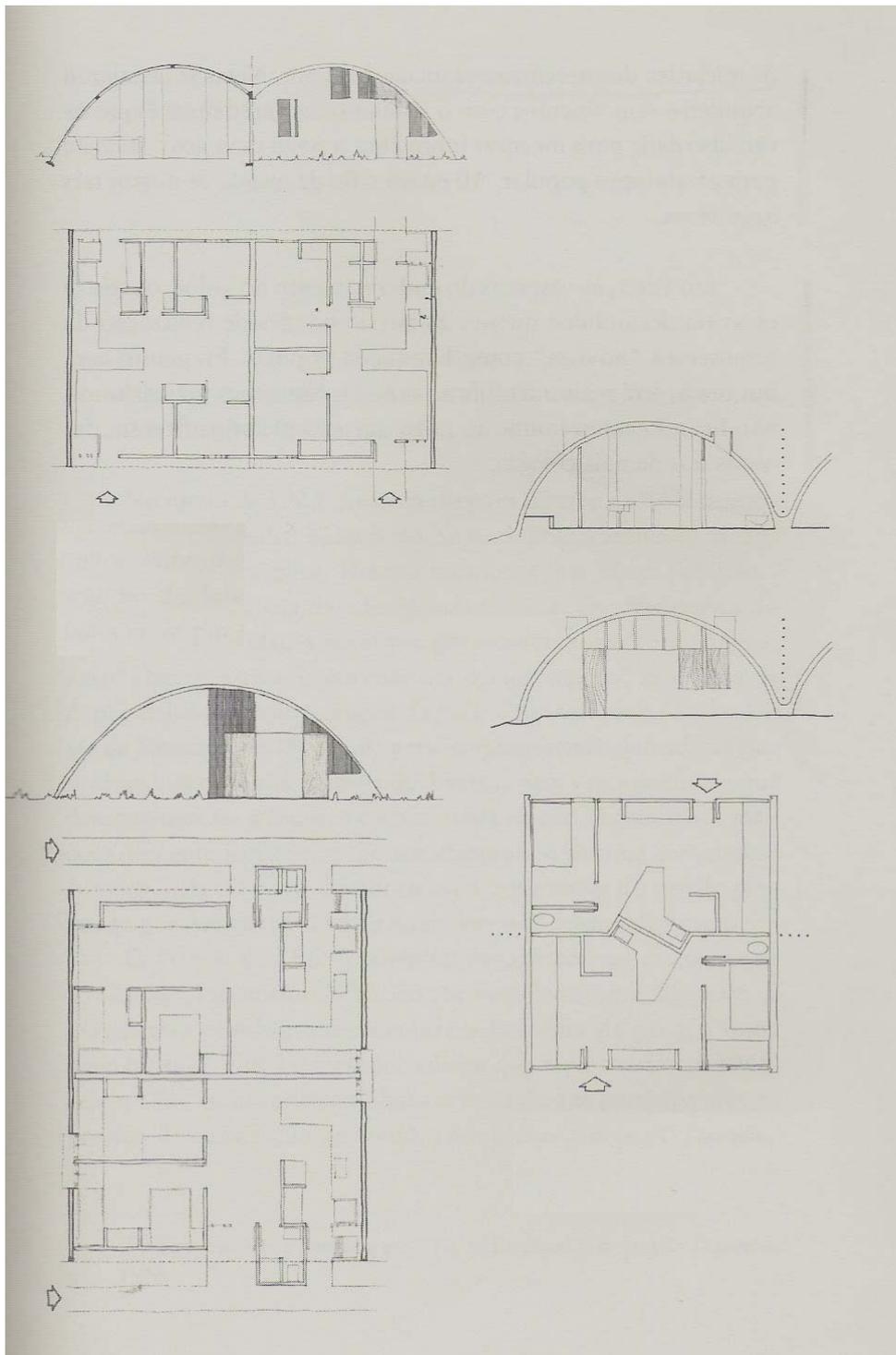


Imagem 10: Rodrigo Lefèvre. Estudo para casas populares.1968.
(Fiori Arantes, Pedro, 2002, p. 89.)

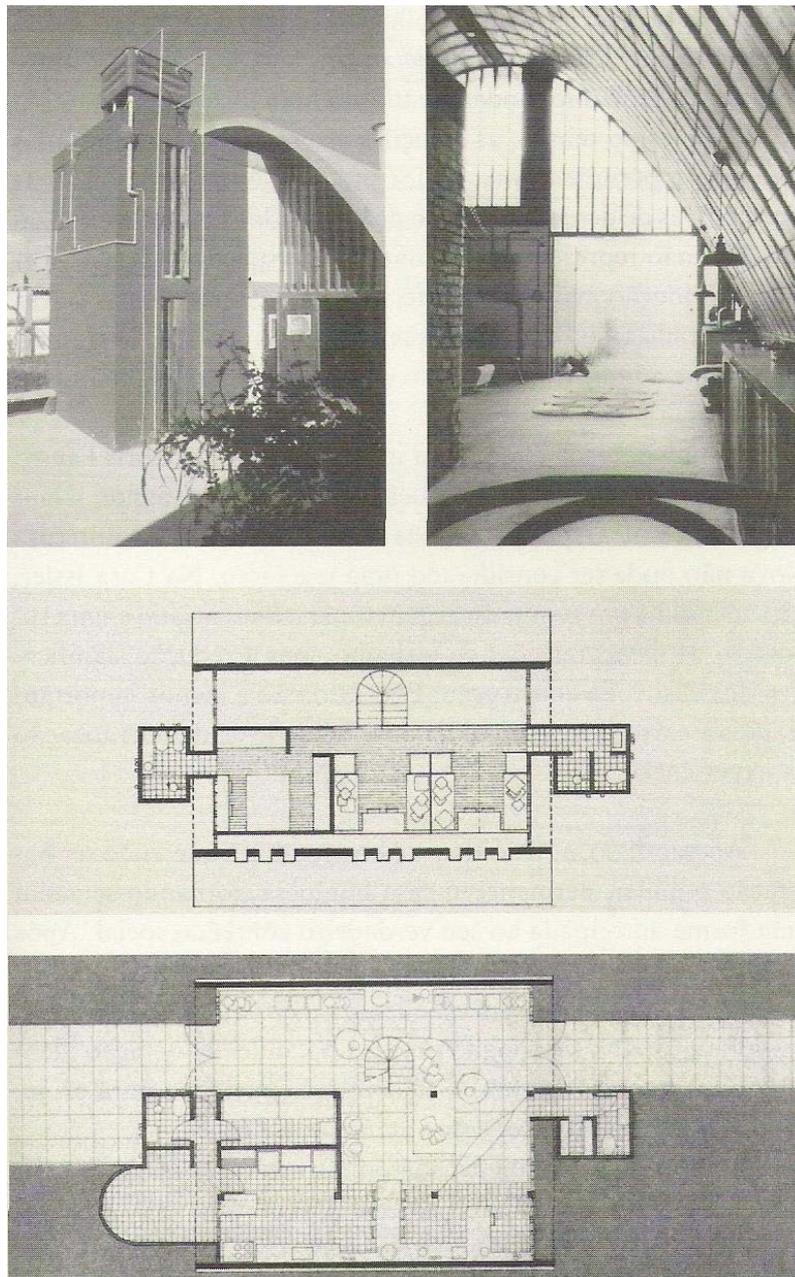


Imagem 11: Rodrigo Lefèvre. Casa Dino Zamataro.1971. (Fiori Arantes, Pedro, 2002, p. 87.)

Rodrigo Lefèvre, realiza em 1968, os “Estudos para casas populares” e em 1971 a casa Dino Zamataro.

Apesar das experiências realizadas, a “arquitetura nova”, embora querendo ser habitação popular, permaneceu casa burguesa, tornando-se assim uma forma antecipada ao seu verdadeiro conteúdo social.

“O desejo de um canteiro participativo, que se faz como criação coletiva, é uma metáfora do país possível, que superaria as distâncias de classe na construção de uma nação livre e democrática. Foram sonhos que vimos de perto”, diz Sérgio.

Mas também é certo que a “arquitetura nova” desvendou as falsas saídas que para um país subdesenvolvido como Brasil, significavam as promessas de desenvolvimento econômico e das políticas públicas de moradia popular, dentro do capitalismo.

Após o golpe, o regime iniciou, através do BNH (Banco Nacional de Habitação), a produção em grande escala da habitação, mas num sentido oposto ao imaginado pelo grupo, o de “cooptação ideológica dos trabalhadores”.

Neste intervalo, Rodrigo Lefèvre, publica em 1971 na revista *Ou*, número 4, um texto apresentando seu projeto Casa do Juarez – e onde também aparece o projeto de Acácio Gil Borsó em “Cajueiro Seco” em Recife, com interessante conteúdo social⁵² - que antecipa as idéias expressadas na sua dissertação de mestrado, elaboradas durante a década dos anos 70 e definitivamente apresentada em 1981.

“*Projeto de um acampamento de obra: uma Utopia*”, é a proposta de um “canteiro-escola” onde a produção de habitações populares esta baseada na conscientização dos construtores, numa arquitetura que favoreça o trabalho coletivo, a democratização do conhecimento e a transformação das relações de produção e onde a pedagogia de Paulo Freire assume uma grande importância.

O fato de reconhecer a proposta como uma utopia, ao tempo que assumia a realidade, indicava a necessidade da alteração das atuais relações econômicas e políticas, da transição do modo de produção capitalista para outro, socialista, momento onde o modelo proposto do canteiro-escola poderia funcionar coerentemente.

Esta utopia, implica um novo sujeito social, nascido do confronto entre a cultura popular e a erudita, entre arte e técnica, entre teoria e prática. Ao definir o migrante como sujeito, o Estado como provedor e a periferia como local do planejamento, Rodrigo esta percebendo que o processo vertiginoso de urbanização precisa ser enfrentado rapidamente, antes que a escala do problema comece a invalidar qualquer solução.

Apenas no inicio da década de 80, serão realizadas as primeiras alternativas populares ao BNH: os mutirões autogeridos de iniciativa dos movimentos sociais urbanos. Nelas se engajarão arquitetos sem vínculos com o estado ou empreiteiras, e que terão liberdade para

⁵² "No projeto de Cajueiro Seco (1961-64), trabalhou em contato direto com populações marginais do Recife e propôs algumas alternativas como a racionalização da taipa de mão e a construção em mutirão que poderiam auxiliar na solução de problemas habitacionais. Para simplificar a técnica construtiva da taipa, projetou os painéis modulados de madeira utilizados na sustentação das paredes para serem fabricados industrialmente. A montagem final destes painéis deveria ser feita segundo as necessidades de cada família; na cobertura seriam empregadas esteiras de palha. A escolha da taipa foi feita com o intuito não apenas de oferecer uma casa mais barata, mas de simplificar o mutirão ao dispensar os conhecimentos, materiais e ferramentas que requer a alvenaria. Por questões políticas o projeto foi interrompido" (Silvia Ficher, Marlene Milan Acayaba. 1982. Pág. 97).

inventar junto com o povo uma solução para habitação popular. Ali estará o fio da meada de nossos três arquitetos⁵³.

7.2 Os mutirões autogeridos.

No final da década de 1970 e início da década de 1980, o quadro de uma sociedade em transição, começava a ficar mais evidente e abria perspectivas para a superação dos impasses colocados pelos três arquitetos. Tratava-se de uma dupla transição: para uma sociedade democrática e para uma sociedade eminentemente urbana. A confluência entre o crescimento vertiginoso das cidades e a luta pela democratização produzirá novos atores sociais: os movimentos urbanos, o novo sindicalismo e o Partido dos Trabalhadores, sujeitos que poderiam conduzir essa transição a caminhos mais radicais.

Apesar da construção em massa de 4 milhões de unidades durante os vinte anos de sua existência, o BNH destinou apenas 18% dos recursos a famílias que ganhavam menos de cinco salários mínimos e que representavam três quartos da população. O dinheiro do Banco vinha do Fundo de Garantia dos Trabalhadores e foi pensado como uma poupança que retornaria a eles em forma de habitação, sem que o governo tivesse que despender recursos públicos. Mas, os verdadeiros beneficiários do programa foram as classes médias e as empreiteiras, ambas importantes apoiadoras do regime.

Neste contexto, a grande maioria dos trabalhadores continuou resolvendo o problema de falta de moradia através da autoconstrução em loteamentos clandestinos na periferia. Mas esta “solução”, foi se esgotando ao longo da década de 70, na medida que as terras escasseavam e encareciam e o Estado instituiu a Lei Lehman contra loteamentos clandestinos. O acesso à terra, que funcionava até então como um mercado informal, passou a ser feito cada vez mais através de invasões de áreas públicas e de preservação ambiental, com a formação e ampliação das favelas. No início dos anos 80, a crise do BNH e do SFH (Sistema Financeiro de Habitação), esgota o que ainda existia de alternativa pública de provisão de habitações.

Ao mesmo tempo durante a ditadura militar vão surgindo novas formas de ação popular, especialmente o que se convencionou chamar de “movimentos sociais ou populares urbanos”. Com o apoio das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, a população começa a organiza-se nos bairros e vizinhanças da periferia – fora do espaço fortemente reprimido do trabalho – começando a reivindicar saneamento básico, educação, saúde, habitação, em fim os problemas que afetam seu dia-a-dia.

⁵³ Os três arquitetos tiveram destinos diferentes. Sérgio, em 1971, saindo da prisão, decide deixar o país e ir para a França, dedicando-se a dar aulas, a pintar e a escrever sobre arquitetura e pintura. Pode ser considerado o teórico mais importante do grupo. Recentemente publicou o livro “Arquitetura e trabalho livre”. Flávio Império abandonou a prática da arquitetura nos anos 70, dedicando-se a sua grande paixão, a cenografia teatral. Também ao cinema, à pintura, e como professor de arquitetura. Faleceu em 1985. Rodrigo Lefèvre, manteve a atividade profissional como arquiteto durante toda sua vida, assim como de professor de História da Arquitetura e de pós-graduação na FAU da USP. Também lecionou na Faculdade de Belas Artes de São Paulo. Faleceu em 1984.

A combinação de povo organizado, por um lado, e esgotamento do BNH e o modelo de autoprovisão de habitação, por outro, acaba dando origem a diversos focos de “movimentos de moradia” ou “sem teto”. De junho de 1981 a maio de 1984 ocorreram 61 ocupações de terra na cidade da São Paulo, envolvendo 10 mil famílias, a mais importante de elas na fazenda Itupu. Neste processo de lutas e ocupações, os movimentos da moradia trouxeram a público o problema da reforma urbana e da falta de habitação adequada para todos.

As primeiras experiências de produção de casas pelos movimentos da moradia ocorreram no início dos anos 80, adotando, não por acaso, a forma mais popular de cooperação popular: o mutirão. A novidade era realizá-lo, não mais como forma de autoprovisão com economia própria, mas com terra e financiamento estatais, reivindicando uma parcela do fundo público e a universalização do direito à moradia, superando assim, sua condição de forma arcaica de cooperação⁵⁴.

No caso dos mutirões autogeridos pelos movimentos sociais, apesar de um conflito permanente com o Estado, existe um esboço de controle popular sobre todo o processo de produção, sem que por isso, fiquem imunes às contradições da formação social brasileira e possam sucumbir a formas tradicionais de autoritarismo e clientelismo. Tampouco significa que exista autogestão plena, uma superação da heteronomia, mesmo porque isso é irrealizável dentro do capitalismo. Como veremos, é possível vislumbrar alguns momentos de uma nova organização social e da produção, situações latentes dentro das contradições próprias dos movimentos sociais e das determinações históricas mais amplas.

As primeiras experiências de este tipo ocorrem em São Paulo na primeira metade da década de 80 consolidando-se como alternativa de política pública apenas na administração municipal do PT de 1989 a 1992.

O surgimento, na segunda metade da década de 70 de um clima de terror que dominava a Universidade começa a dar espaço para o surgimento de novas formas de ação política, permitindo a participação em essas experiências de arquitetos na contramão. Diversas organizações progressistas tomam conta da FAU de São Paulo, com professores e alunos optando por ações mais próximas às organizações populares. Diante da acelerada urbanização brasileira, a questão crucial passava a ser a compreensão do que eram nossas cidades e, especialmente, a “cidade oculta” aos arquitetos e urbanistas: as imensas periferias autoconstruídas. Nesse caso, era preciso tanto entender como ocorria aquela forma de produção do espaço quanto o significado político da nova mobilização popular⁵⁵.

⁵⁴ No final dos anos 70, o mutirão e a autoconstrução passaram a ser praticas recomendadas pelo Banco Mundial, Habitat-ONU, e o BID (banco Interamericano de Desenvolvimento), como políticas alternativas e mais baratas e específicas, para resolver a crises de moradia dos estados latino-americanos e para o Terceiro Mundo. Essas praticas “oficiais e tuteladas” são bem diferentes das realizadas pelos movimentos populares com caráter de “autogestão”, por isso são denominados de “mutirões autogeridos”.

⁵⁵ Nestes momentos existe uma importante produção intelectual intentando interpretar a realidade urbana no Brasil e na América Latina. Lee-se; “*O capital*” de Marx; “*A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*”, organizado por Ermínia Maricato em 1979; “*Imperialismo e urbanização na América Latina*”, organizado por Manuel Castells em 1973; “*São Paulo, 1975: crescimento e pobreza*” obra de vários autores.

No contexto de esta movimentação crítica, Rodrigo Lefèvre retorna à FAU em 1977, participando de uma iniciativa importante de transformação do ensino na faculdade: o Curso Integrado de Projeto de Desenho Industrial do primeiro ano. O curso aglutinava diversos dos novos arquitetos-militantes-pesquisadores, e pretendia, através do contato com o desconhecido mundo das periferias, formar um profissional com um outro nível de preocupações sociais. Os professores do curso davam grande ênfase à técnica, vista, de maneira modificadora, como na arquitetura nova, com o objetivo de inventar “tecnologias alternativas” que fossem apropriáveis pelos construtores e permitissem seu aprendizado pelas comunidades. Um bom exemplo do que se pretendia é o projeto da Igreja de Puebla, de Walter Ono, um dos professores da disciplina.

Uma experiência similar à da FAU aconteceria no ano 1982 na Faculdade de Belas-Artes de São Paulo -onde também lecionavam Flávio Império e Rodrigo Lefèvre-, criando-se o Laboratório de Habitação, inspirado na Cooperativa do Sindicato de Arquitetos de São Paulo (que dava apoio a grupos sem teto) e no cooperativismo uruguaio⁵⁶. Com objetivos bem ambiciosos, o Laboratório constituiu-se num importante espaço de renovação do ensino da arquitetura e formou um grupo significativo de profissionais que iriam depois participar de diversas administrações do PT e de assessorias técnicas aos movimentos de moradia.. Em 1986 o Laboratório foi fechado violentamente e todos os professores, demitidos⁵⁷.

Em 1987 foi realizado em São Paulo o primeiro encontro dos arquitetos e técnicos que trabalhavam com os movimentos de moradia, permitindo a troca de experiências e a criação de uma identidade comum entre esses técnicos. A forma de atuação desses arquitetos-militantes ligados aos movimentos de moradia, iria alterar-se substancialmente a partir de 1989, com a eleição de Luiza Erundina (PT) para a prefeitura de São Paulo. A Secretaria de Habitação era agora administrada por uma professora da FAU, Ermínia Maricato. As novas diretrizes do governo e da Secretaria segundo Ermínia eram: a inversão das prioridades, a democratização e transparência da gestão, a universalização da lei, o reconhecimento da cidade ilegal, a regularização fundiária e a urbanização das favelas⁵⁸.

A Superintendência de Habitação Popular, dirigida por um ex-aluno da FAU, coordenador do Laboratório de Belas-Artes e professor da EESC-USP (Escola de Engenharia de São Paulo), Nabil Bonduki, produziu o novo programa de mutirões autogeridos, o Funaps-Comunitário. O programa instituiu os mutirões como a principal forma de produção habitacional na cidade e possuía mecanismos para resguardar a autonomia dos construtores

⁵⁶ As cooperativas uruguaias, estavam organizadas em torno da FUCVAM (Federación Uruguaya de Construcción de Viviendas por Ayuda Mutua) e assessoradas pela CCU (Centro Cooperativista Uruguayo). Tendo conquistado uma legislação própria, a FUCVAM produziu mais de 300 conjuntos habitacionais por mutirão, muitos deles baseados na propriedade coletiva da terra e estendendo a autogestão para além da obra. Essa experiência acabou se tornando o principal modelo de organização dos mutirões autogeridos dos movimentos de moradia de São Paulo.

⁵⁷ A experiência continuou, em parte, no Laboratório da Unicamp, além de inspirar iniciativas como os Laboratórios da FAU-Santos e da PUC de Campinas.

⁵⁸ Ermínia Maricato, “*Enfrentando os desafios: a política desenvolvida pela Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de São Paulo*”. Tese de livre-docência. FAU-USP, 1997.

em relação ao Estado. Para isso, transferia toda a gestão dos recursos para os mutirantes e regulamentava atuação dos arquitetos.

Durante a administração petista foram iniciados 100 mutirões e cerca de 11 mil unidades habitacionais. Destas, 2 mil apenas foram finalizadas ainda naquela gestão, passando o resto para a administração seguinte⁵⁹. Deixando de lado a seqüência dramática dada pelo conservadorismo político à história dos mutirões autogeridos em São Paulo, entraremos um pouco mais na experiência do canteiro e do desenho que deles surgiram.

Tal como a autoconstrução, o mutirão autogerido é reencontro, uma vez que o mutirante é ao mesmo tempo, autor, produtor e futuro usuário, mais pretende ser um reencontro diferente: primeiro, por introduzir a ação coletiva e a política e romper o círculo de ferro que isolava a reprodução da classe trabalhadora; segundo, por estabelecer uma nova relação de produção, sem padrões e alienação; terceiro, porque, auxiliado por arquitetos, quer restituir um saber e uma estética, permitir o “engenho programado e escolhido” e assim uma “poética da economia” que extrai dos poucos recursos o máximo arquitetônico. Nesse caso, o desenho volta a ser fundamental, não como abstração-alienação, mas como instrumento de um *projeto coletivo*.

Ao contrário da autoconstrução de moradia e da venda da mão-de-obra do trabalhador, que são simples manifestações do reino da necessidade, o mutirão pode deixar de ser mera construção para virar arquitetura, ou como falava Artigas, uma “atividade superior da sociedade”. O seu desenho tem a possibilidade de ser pensado como *desígnio*, como ação coletiva deliberada, diferenciando-se tanto da alienação do trabalho assalariado no canterio quanto do trabalho destituído de invenção da autoconstrução.

O canteiro do mutirão autogerido começa com a “entrada na terra” quando é levantado um barracão de obras. Com a liberação das primeiras parcelas do financiamento será erguido o “centro comunitário”, onde são instalados o galpão das assembléias, a cozinha coletiva, os vestiários e a administração da obra. O primeiro e significativo edifício fruto do trabalho coletivo, um lugar de trabalho, encontro e festa. Nas assembléias que antecedem o início efetiva da obra, é redigido coletivamente um “regulamento de obra”, documento que irá definir a relação que os mutirantes estabelecerão entre si para a consecução de seu objetivo comum: a construção de casas para todos.

Ao começar a obra são definidas as equipes de trabalho, seus coordenadores e os responsáveis do canteiro. Às vezes, as equipes se revezam, de forma que se aprenda a fazer de tudo. O controle do mutirão não é feito pelo capitalista ou por sua gerência científica, mas definido em assembléias e comissões. Sem o costringimento da heteronomia do desenho e da violência do capataz, o grupo pode estabelecer uma “iniciativa coletiva superior”. No mutirão não é possível aumentar a produtividade através da ampliação da

⁵⁹ Com a eleição do candidato de ultradireita Paulo Maluf (PPB), em 1992, os mutirões foram interrompidos e as obras, suspensas. A secretária de Habitação e o superintendente de Habitação Popular sofreram processos administrativos e houve todo tipo de retaliação. Os mutirões interrompidos constituíram um Fórum de luta para a retomada das obras, o “Fórum dos Mutirões”, mas só alcançaram seus primeiros resultados na gestão seguinte, também conservadora, de Celso Pita (PPB, 1997-2000). Apenas em 2001, depois de uma nova vitória eleitoral do PT, esses mutirões foram definitivamente retomados para que as obras fossem concluídas.

exploração, com precarização, horas extras, demissões, mas somente através da invenção de novos procedimentos e técnicas construtivas. Entretanto, esse canteiro certamente não escapa à reprodução de parte das relações de produção capitalistas, hierarquias, autoridades de mando, delegação de responsabilidades, etc.

Vários mutirões, têm adotado um sistema misto, contratando pequenas empreiteiras ou mesmo cooperativas de construção civil para trabalharem na obra durante a semana, deixando o mutirão só para os fins de semana. Surge assim a pergunta de: como seria a autogestão sem se realizar no trabalho de obra? O trabalho coletivo, e especialmente o trabalho manual, democratizam as relações entre os indivíduos e, por isso, é parte fundamental da autogestão popular. Os diversos tipos de trabalhos nos mutirões, têm a mesma importância, a mesma hierarquia, seu sentido profissional é secundário, seu aprendizado rápido e simples, Trabalho amador e prazeroso, realizado por homens e mulheres, indistintamente. Não se pode mitificar a técnica da construção, a sua artesanaria perdida, pois ela não tem mais os mesmos mistérios. O canteiro tampouco virará escola profissionalizante como vislumbrava Rodrigo Lefèvre no seu *acampamento de obra*.

Como se sabe, a construção civil é um universo exclusivamente masculino. Entretanto, nos movimentos sociais, as mulheres são maioria e tem papel de destaque. No canteiro dos mutirões autogeridos, as mulheres, aos poucos, superando todos os preconceitos machistas sociais e pessoais, realizavam todo tipo de trabalho amador, agora como elas só sabem fazer, “caprichado”, desmercantilizado, algo especial: o esmero com a casa que irá abrigar sua família. Também, as mulheres são responsáveis pela rede de conversas, de discussões, dentro da obra. Os temas de maior interesse tinham no canteiro seu encaminhamento físico. Na hora de encontro, vinha a síntese. O trabalho amador, e dentro dele, o feminino, pode indicar como seria um outro trabalho, mais livre, em oposição à infelicidade congênita do trabalho no capitalismo.

A democratização do desenho nos mutirões autogeridos, trinta anos depois das primeiras experiências da Arquitetura Nova, acabou seguindo o mesmo caminho da racionalização dos materiais e das técnicas populares. “Invenção lúcida com materiais simples”, mas com muitos menos recursos, uma vez que se trata efetivamente de habitação popular. Os materiais empregados na maioria dos mutirões são os mais comuns – tijolo, vigotas, blocos furados e caibros – e o uso do concreto e ferragem é reduzido ao mínimo, como nas abóbadas. Estas, entretanto, não podem mais ser adotadas como solução, pois o preço da terra em São Paulo tornou-se tão elevado em relação aos salários que obrigou os mutirões a atingirem uma alta densidade, através de sobrados geminados ou edifícios.

Os arquitetos dos mutirões não foram diretamente influenciados pela Arquitetura Nova e menos por Artigas. Não estão afiliados a nenhuma escola e combinam múltiplas referências. A grande novidade em relação a Arquitetura Nova, como não poderia deixar de ser, são as conseqüências para o desenho do “encontro com o povo”. Para discutir os projetos com os mutirantes, os arquitetos inventaram algumas metodologias. O “maquetamóvel”, um modelo tridimensional, desmontável e remontável que pode ajudar para definir coletivamente as tipologias e dimensões das casas a serem executadas. Outra metodologia entrega o mutirante o controle do processo. Os mutirantes desenham a suas casas e os arquitetos, nesse caso, trabalham apenas como leitores dos desenhos, os quais

levam para o escritório, avaliam e, finalmente, trazem o resultado comum da interpretação, que é avaliado e aprovado em reunião. A terceira alternativa, cética em relação à ação direta dos mutirantes, desenhando ou modelando suas próprias casas, reivindica um papel mais ativo ao arquiteto no processo do projeto.



Imagem 12: Conjunto habitacional União da Juta, em São Mateus, SP. 1990 e mulheres no mutirão. (Fiori Arantes, Pedro, 2002, p. 201 e 212.)

Tal vez a experiência mais feliz de participação coletiva no desenho resultando em boa arquitetura seja o conjunto habitacional União da Juta, em São Mateus, local que concentrava o maior número de mutirões de São Paulo. Os prédios de quatro plantas articulam-se entre si, criando uma urbanidade pouco encontrada em conjuntos habitacionais. Entre os blocos, as torres metálicas das escadas formam passagens permeáveis ao percurso dos moradores, que podem atravessar uma seqüência de edifícios e vilas internas de um lado ao outro do conjunto. Os apartamentos são de três tipos, adaptando-se aos tamanhos das diversas famílias. Na entrada principal encontra-se um conjunto de equipamentos comunitários construídos no início da obra que aos poucos converteriam-se no centro da vida coletiva não apenas do bairro, mas também das redondezas, especialmente o Centro Comunitário.

Experiências como a deste mutirão, entretanto, são exceções, tanto no que diz à organização popular quanto ao resultado arquitetônico. De um lado, a maioria dos mutirões não conseguiu uma qualidade espacial e arquitetônica muito superior à autoconstrução racionalizada e aos conjuntos do governo; de outro, quando de encontra arquitetura como invenção, não se sabe até que ponto ela foi uma construção democrática. Contudo, se os mutirões não constituírem uma qualidade arquitetônica própria, na qual se encontrem engenho e criação, continuaram presos ao reino da necessidade, com trabalhadores empilhando blocos sem produzir algo gratificante. A autogestão será assim amarga: apenas uma forma barata de fazer habitações.

Nos mutirões autogeridos, foi possível um aumento da produtividade através de um esforço de racionalização das técnicas populares, e algumas vezes, no sentido de valorização de uma “técnica modificadora”. Em alguns canteiros têm sido instaladas pequenas usinas de lajes pré-moldadas, degraus de escadas, blocos estruturais de areia-cimento, peitoril de janelas e outras peças. Esse tipo de usina é um dos exemplos da industrialização possível na construção habitacional. São esses exemplos que nos levam a crer que o mutirão autogerido não é apenas uma alternativa para os sem-teto, mas um espaço excepcional para a experimentação do que pode vir a ser um *desenho emancipado*.

Infelizmente, a ausência de políticas públicas continuadas que favoreçam os mutirões autogeridos diminuiu muito o impacto da experiência. Mesmo assim, como vimos, o canteiro e o desenho no mutirão autogerido produziram um paradoxo que merece reflexão; No Brasil, uma produção aparentemente arcaica como o mutirão, aponta para o avanço técnico, e uma produção capitalista, a moderna construção civil, aponta para a manutenção do arcaico.

7.3 Pensando no futuro.

Atingimos o século XXI sem ter conseguido superar as causas da exclusão social. Em relação com o tema da moradia, constatamos que a origem do problema, tal como nos indica Ermínia Maricato⁶⁰, continua existindo, mais não se pode ocultar mais. Conforme nos

⁶⁰ Ver o artigo “Erradicar o Analfabetismo Urbanístico”. Revista Proposta. Nº 93/94. FASE. Rio de Janeiro. Junho, Novembro de 2002, p. 81-84.

fala Adauto Lúcio Cardoso⁶¹, as sucessivas políticas habitacionais do país não deram conta do problema. De fato, hoje em dia, as cifras dos últimos estudos são assustadoras⁶², confirmando a grande dualidade social e os graves e profundos desequilíbrios do país na distribuição dos recursos, neste caso da moradia.

Neste contexto, as reivindicações do Movimento da Reforma Urbana⁶³ conseguiu, já na época da ditadura, aglutinar o trabalho coordenado dos movimentos populares pela moradia junto aos trabalhadores intelectuais e os partidos progressistas, que abordavam coletivamente o problema do direito à moradia, à cidade e à cidadania, denunciando e rejeitando as conseqüências do modelo social excludente, fundamentalmente sobre os estratos sociais mais explorados, que nas cidades coincidem com os moradores dos territórios da exclusão social: cortiços, favelas, loteamentos populares periféricos e conjuntos habitacionais degradados⁶⁴.

Sem pretender, que toda intervenção arquitetônica se de por esta forma, o mutirão autogerido certamente constituiu-se num dos mais importantes lugares de atuação para o arquiteto disposto a realizar a crítica ao canteiro e ao desenho e tomar parte na invenção de novas e necessárias formas de produção.

As experiências e ensinamentos da arquitetura nova e dos mutirões autogeridos, indicam o caminho a seguir, colocando como novos desafios ao prolongamento da organização popular para enfrentar outras conquistas sociais e urbanas⁶⁵. Esta é uma historia que apenas começa a ser escrita: a da gestão democrática e socialmente justa das cidades brasileiras.

“No Brasil, o direito a um outro projeto de sociedade nunca existiu, pois as elites sempre souberam cooptar ou reprimir seus opositores. Por isso, sem restituir a fala à maioria, não haverá mudança possível. Contudo, para que um povo oprimido por séculos saiba expressar a transformação social, é preciso inventar uma pedagogia que ainda ensine que o impossível é possível. Apenas assim continuaremos perseguindo o lá para onde os nossos

⁶¹ Ver o artigo *"Desigualdades Urbanas e Políticas Habitacionais"*. Revista Proposta. Nº 93/94. FASE. Rio de Janeiro. Junho, Novembro de 2002, p. 63-67.

⁶² "... O índice de déficit habitacional divulgado pela Fundação João Pinheiro, chega a quase 7 milhões de unidades. Cerca de 50% da população das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro moram em favelas ou loteamentos ilegais e cortiços. Em áreas invadidas, encostas, palafitas e favelas estão 33% dos habitantes de Salvador, 34% de Fortaleza, 40% de Recife e 20% de Belo Horizonte e Porto Alegre. A falta de moradias atinge principalmente as famílias com renda até cinco salários mínimos que formam 98% do déficit habitacional do país (Índice divulgado pela Caixa Econômica Federal)." (Grazia de Grazia. 2002. Revista Proposta. Nº 93/94. Pág. 48).

⁶³ Ver o artigo *"Reforma Urbana e Estatuto da Cidade: uma lógica para o enfrentamento da desigualdade"*. Revista Proposta. Nº 93/94. FASE. Rio de Janeiro. Junho, Novembro de 2002, p.45-46. A carta de princípios foi elaborada pelo II Fórum Nacional de Reforma Urbana, em outubro de 1989. Os três princípios básicos são: Direito à cidade e à cidadania; Gestão democrática da cidade; Função social da cidade e da propriedade.

⁶⁴ O último relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os centros urbanos no mundo, indicam que 52,3 milhões de pessoas viviam em favelas brasileiras em 2005, 28% da população do país.

⁶⁵ Assim acontece com os assentamentos do MST, onde além da moradia, novas formas de produção, educação e cultura estão sendo experimentadas permanentemente e com autonomia.

companheiros da arquitetura Nova um dia apontaram.” (Fiori Arantes, Pedro. Arquitetura Nova. 2002, pag. 224).

8. CONCLUSÃO.

A história da “Evolução da casa no Brasil” começou com as “tabas” e “ocas” primorosas dos indígenas no meio da natureza e de sua organização social comunitária. Ela finaliza, depois de 500 anos, com um país profundamente desequilibrado, onde a moradia é um problema a mais, entre os graves problemas das grandes maiorias da população do Brasil.

A evolução da casa através das contribuições dos diferentes povos e culturas que colonizaram Brasil (ou simplesmente aqui vieram como emigrantes) conseguiram desenvolver protótipos e estilos, às vezes autóctones e às vezes cópias das metrópoles. Conseguiram criar a arquitetura e as moradias para as classes abastadas e em último caso das classes médias.

Conseguiram criar no centro das cidades o cenário urbano onde colocar a embalagem de suas arquiteturas especulativas, os “*fetiches das mercadorias*”. Conseguiram expulsar desse centro às classes populares que lá moravam e que foram deslocadas para os cortiços, os morros e as periferias. Conseguiram “cindir” a cidade e a sociedade.

Contamos a história da “Evolução da casa no Brasil” como fato e como problema. Achamos que só uma mudança radical na distribuição igualitária e solidária dos recursos do país, a recuperação das experiências de trabalho conjunto entre técnicos e povo e o reconhecimento da moradia como direito inalienável de cidadania, poderão resolver gradativamente os graves problemas de moradia.

Luis D. Zorraquino

Rio de Janeiro. Julho 2006

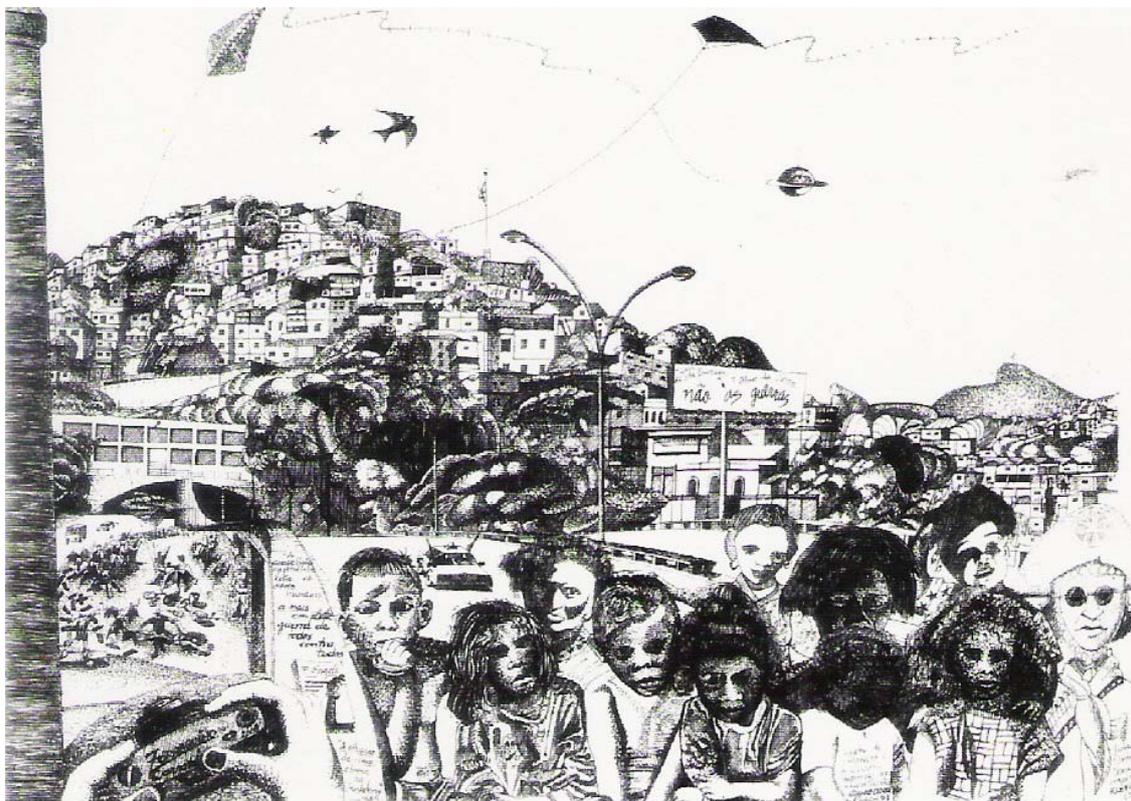


Imagem 13: Desenho “Não às guerras. Morro da Coroa”. D. Zorraquino, Luis.

BIBLIOGRAFIA

- BARBEIRO, H. e CANTELE, B. *“Ensaio Geral 500 anos de Brasil”*. São Paulo. Editora Nacional, 1999.
- BARRETO, Paulo. Piauí e sua arquitetura. In *“Arquitetura Civil I”*. São Paulo. MEC – IPHAN e FAU/USP, 1981.
- BRUAND, Yves. *“Arquitetura Contemporânea no Brasil”*. São Paulo. Editorial Perspectiva, 1997.
- CARDOSO, Adauto Lúcio. *“Desigualdades Urbanas e Políticas Habitacionais”*. In Revista PROPOSTA. Nº 93/94. FASE. Rio de Janeiro. Junho, Novembro de 2002, p. 63-67.
- CARVALHO, José Murilo de. *“Revista do SEPE”*. Nºs 5 e 6. Rio de Janeiro, 1999, 2.000.
- FERRO, Sérgio. *“Arquitetura e trabalho livre”*. São Paulo. Cosac Naify, 2006.
- FIORI ARANTES, Pedro. *“Arquitetura Nova. Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões”*. São Paulo. Editora 34, 2002.

- FISCHER, Silvia e ACABAYA, Marlene. *“Arquitetura Moderna Brasileira”*. São Paulo. Projeto Editores Associados, 1982.
- FREIRE, Gilberto. *“Casa Grande & Senzala”*. São Paulo. Editora Record, 1999.
- _____. *“Sobrados e Mocambos”*. São Paulo. Editora Record, 1999.
- GRAZIA, Grazia de. *“Reforma Urbana e Estatuto da Cidade: uma lógica para o enfrentamento da desigualdade”*. In Revista PROPOSTA. Nº 93/94. FASE. Rio de Janeiro. Junho, Novembro de 2002, p.46.
- IBGE. *“Censo Agropecuário de 1985”*.
- JUNQUERA BASTOS, Maria Alice. *“Pós-Brasília. Rumos da arquitetura brasileira”*. São Paulo. Perspectiva, 2003.
- MARICATO, Ermínia. *“Erradicar o Analfabetismo Urbanístico”*. In Revista PROPOSTA. Nº 93/94. FASE. Rio de Janeiro. Junho, Novembro de 2002, p. 81-84.
- MINISTERIO DE OBRAS PÚBLICAS Y URBANISMO. *“Desarrollo y Medio Ambiente en América Latina y el Caribe. Una Visión Evolutiva”*. Madrid. MOPU, 1990.
- REIS FILHO, Nestor G. *“Quadro da Arquitetura no Brasil”*. São Paulo. Editora Perspectiva, 1987
- RODRIGUES, José W. A casa de moradia no Brasil Antigo. In *“Arquitetura Civil I”*. São Paulo. MEC – IPHAN e FAU/USP, 1981.
- SAIA, Luis. Notas sobre a arquitetura rural paulista do segundo século. In *“Arquitetura Civil I”*. São Paulo. MEC – IPHAN e FAU/USP, 1981.
- SALAS SERRANO, Julián. *“Contra el hambre de Vivienda. Soluciones tecnológicas latinoamericanas. Tecnologías para viviendas de interés social”*. Bogotá. Escala, 1992.
- SANTOS, Paulo F. *“Quatro séculos de arquitetura”*. Rio de Janeiro. Coleção IAB, 1981.
- SEGRE, Roberto. *“Habitat Latino-Americano. Fogo, sombra, opulência e precariedade”*. Porto Alegre. Faculdades Ritter dos Reis, 1999.
- SMITH, Robert C. Arquitetura Civil no período colonial. In *“Arquitetura Civil I”*. São Paulo. MEC – IPHAN e FAU/USP, 1981.
- VAUTIER, L.L. Casas de residência no Brasil 1840-46. In *“Arquitetura Civil I”*. São Paulo. MEC – IPHAN e FAU/USP, 1981.
- VERÍSSIMO, F. e BITTAR, W. *“500 anos da casa no Brasil. As transformações da arquitetura e da utilização do espaço da moradia”*. Rio de Janeiro. Ediouro Publicações S.A., 2000.
- ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos. *“Um século de Favela”*. Rio de Janeiro. Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

Imagem da capa: Desenho “Cortiço Maneiro”. D. Zorraquino, Luis.

ANEXO

Breve História de Brasil

1500-1822: Brasil Colônia.

Da grande diversidade de povos, culturas e civilizações espalhados pelos confins do planeta terra, cada um ao encontro de sua identidade como espécie humana, lá por 1500, só uma civilização racionalista, católica e negociante, localizada na Europa, tinha capacidade tecnológica e necessidade de conquista, de apropriação de novos recursos, territórios e civilizações, para dar passagem a uma nova fase de acumulação no incipiente desenvolvimento de seu sistema social capitalista.

Em 1492, Cristóvão Colombo, apoiado pela coroa espanhola, pelo papa Urbano VII e, fundamentalmente, pelos banqueiros dos Países Baixos, inicia a circunavegação da terra pelo Oceano Atlântico. Achando que chegara às já exploradas "Índias Orientais", Colombo topa por casualidade, com um desconhecido continente Americano, que, ante o olhar surpreso e ansioso dos europeus, será chamado inicialmente de "Índias Ocidentais". Um continente onde moravam perto de 50 milhões de habitantes, pertencentes a diversos povos e culturas indígenas⁶⁶.

Portugal, outra das potências imperialistas do norte da Europa, inicia em 1500 a conquista de América. Como outros povos europeus, conhecem a navegação e já realizaram viagens para outros continentes: China, Índia e África. Quando Cabral e sua gente chegam à costa de Trancoso no Brasil, os indígenas brasileiros os acolhem sinceramente. Não demorará muito tempo para que os indígenas compreendam os verdadeiros motivos da vinda dos portugueses: "Estabelecer no Brasil uma colônia de Plantação, baseada no trabalho escravo dos índios".

1500-1650: A colônia de plantação de açúcar.

Nos primeiros anos da conquista, ante o imenso território a colonizar, os portugueses iniciam a exploração da costa entre Pernambuco e São Paulo, criando "feitorias", origem de futuros núcleos urbanos.

Além da extração inicial do pau-brasil, a chegada em 1532 dos primeiros portugueses a São Vicente, dá início à plantação de cana de açúcar.

As lutas pelo controle do território com franceses e holandeses não impede a consolidação da colônia de plantação portuguesa, com capital em Salvador na Bahia. Os militares e nobres portugueses, donos das "*capitanias hereditárias*", os bandeirantes paulistas e os jesuítas, formam parte da elite social que explora aos indígenas e aos negros escravos trazidos da mãe África.

⁶⁶ Ver apartado 2, no texto principal; "Antes de 1500: O Brasil indígena".

No final deste período, em 1650, Brasil (e especialmente o nordeste brasileiro) é o maior produtor mundial de açúcar, mas em 1654 começa o declínio desse ciclo econômico, quando os holandeses, expulsos de Pernambuco, decidem iniciar seu próprio negócio nas Antilhas Holandesas.

1650- 1822: A colônia de mineração.

Entre 1693 e 1729, os bandeirantes paulistas, marginalizados do processo produtivo, descobrem ouro no sertão de Minas Gerais. Nessa conjuntura, durante a segunda metade do século XVIII acontece uma grande imigração de portugueses para o Brasil. Perto de 40% da população portuguesa abandona seu país. O despovoamento de Portugal leva o rei a proibir a imigração.

A nova economia do ouro e dos diamantes desloca o eixo de desenvolvimento da Colônia para o centro-sul. Começa a colonizar o sertão, aparecendo novos assentamentos urbanos em Minas Gerais (Ouro Preto, etc.) e em Goiás, assim como novas vias de escoamento das mercadorias em direção aos portos das cidades da costa.

Em 1763, a capital é transferida de Salvador para Rio de Janeiro, deixando claro o declínio do poder dos donos de terras e fazendeiros agrícolas do nordeste.

A nova fase do capitalismo europeu, com a revolução industrial na Inglaterra, coloca em crises ao antigo capitalismo agrícola-minerador para a exportação. Sucedem-se no Brasil as crises cíclicas, devido ao descontrole da produção e à queda dos preços.

Fatos importantes se sucedem dentro e fora do Brasil. Em 1776, a independência dos Estados Unidos da América e da Inglaterra inicia o processo de descolonização. Em 1789, a Revolução Francesa desmonta o absolutismo e nasce a burguesia emergente. Em Vila Rica (Minas Gerais), intelectuais começam a falar de independência, aproveitando o descontentamento dos mineiros com os novos impostos (as derramas). A "Conjura dos Inconfidentes" é traída. Tiradentes assume a responsabilidade do movimento e em 21 de abril de 1792 é enforcado pelo governo português. Em 1798, é a vez da revolução Baiana ou "Conjura dos Alfaiates". O resultado é o mesmo que com os Inconfidentes.

Em 1799, Napoleão dá um golpe de estado na França e inicia a conquista da Europa. Ante o avanço das tropas francesas sobre Lisboa, em 1808, o príncipe regente D. João (depois rei D. João VI), a família real e a corte toda fogem para Brasil, instalando a corte no Rio de Janeiro. Nessa conjuntura, os ingleses impõem o livre comércio e a abertura dos portos do Brasil, dominando assim a economia brasileira. Finalmente, em 1815, Napoleão é derrotado na batalha de Waterloo.

A Missão Artística Francesa chega a Rio de Janeiro em 1816, iniciando um período de forte influência francesa nas artes e na arquitetura da capital e das principais cidades do Brasil.

A colônia despede-se em 1817 com a Revolução Pernambucana e seu rastro de repressão e morte.

Em 22 de Abril de 1821, D. João VI e a corte retornam a Lisboa, deixando seu filho, D. Pedro I, ocupando o cargo de Regente do Brasil. No dia sete de Setembro de 1822, D. Pedro I proclama a independência do Brasil como Estado Monárquico, com poder centralizado: O Império do Brasil.

1822-1889: Brasil Império.

O novo Império do Brasil é rapidamente apoiado pelos ingleses e americanos que exigem novas contraprestações, entre elas a abolição da escravidão. Portugal reconhece definitivamente o Império brasileiro. Na América Latina se espalham as lutas pela independência das antigas colônias das metrópoles. D. Pedro I governa com o apoio da conservadora aristocracia agrária, mas os movimentos políticos pela independência e o federalismo continuam aumentando. Em 1824, é criada a República da Confederação de Equador formada pelos territórios de Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Derrotados, Frei Caneca e seus companheiros são executados pelo governo imperial.

Em 1831, D. Pedro I, cansado, abdica em favor de seu filho Pedro II (de cinco anos de idade), e volta a Portugal.

Brasil continua vivendo da exportação de produtos agrícolas. A sociedade do século XIX não é diferente da sociedade colonial: aristocrática, escravista, agrária e pouco urbanizada. O café entra em cena na nossa economia. Entre 1831 e 1840, o café representa 44% da nossa produção nacional, seguido pelo açúcar (24%) e pelo algodão (11%). O café será o sustento do Império durante a segunda metade do século XIX, e a aristocracia dos fazendeiros cafeeiros, com imensas fortunas, será a verdadeira dona do país.

No triângulo, Minas, Rio, São Paulo, especialmente nas cidades, desenvolve-se a vida urbana, com olhos postos na arte e na cultura européias. Nos primeiros decênios do século XIX, se estabelecem as primeiras colônias de imigrantes europeus: Suíços em Friburgo e alemães em São Leopoldo, Rio Grande do Sul (1824). Posteriormente, em 1859, novos imigrantes alemães fundam Petrópolis (Rio) e Joinville e Blumenau (Santa Catarina), e por último, em torno de 1870, grandes levas de italianos vêm trabalhar nos cafezais de São Paulo. Os colonos trabalham nas fazendas de café em sistema de "parceria" muito similar ao trabalho escravo sem possibilidade de autonomia. Na base desta política, as dificuldades do tráfico de escravos a partir de 1850, devido aos atritos entre Brasil e Inglaterra. Os colonos vêm para substituir aos negros escravos.

Feijó, Ministro de Justiça, cria a guarda nacional. Em 1834, ocupa o cargo de regente eleito e enfrenta, de forma cruel, diversas revoltas que lutam pela autonomia federal das províncias. "Os farrapos" da República de Piratini no Rio Grande do Sul, a República Juliana de Santa Catarina (apoiados por Garibaldi), "os cabanos" do Pará, etc. Feijó neutraliza a situação após constituir poderosa força militar: resultado, 40.000 mortos. Feijó renuncia, mas as lutas federalistas continuam na Bahia, no Maranhão e no Pará, com os mesmos resultados.

Em 1840, com apenas 14 anos de idade, D. Pedro II é coroado o segundo imperador. Um novo governo liberal tem que neutralizar com Caxias, o "pacificador", as novas revoltas de

Minas e São Paulo (1845) e a revolta Praieira em Pernambuco (1847). De novo repressão e morte.

Aparece uma nova produção brasileira: a borracha natural ou látex das seringueiras da Amazônia para abastecer o mercado dos pneus europeus. A borracha é escoada através de Belém e Manaus, que vivem sua época dourada, crescendo vertiginosamente com a imigração incentivada.

Em 1870, a hegemonia mundial é disputada pela Inglaterra e pela França com a concorrência posterior de Alemanha, Rússia, Itália, EUA e Japão. No Brasil, acirram-se os conflitos com Argentina, Paraguai e Uruguai pelos domínios do Rio da Prata, que culminam com a guerra Brasil-Paraguai, finalizada em 1870, após o triunfo de Caxias em Assunção.

As contradições sociais entre os aristocratas agrários escravistas do nordeste, os fazendeiros cafeeiros, seus colonos imigrantes e os novos setores da burguesia urbana comercial e industrial do centro-sul, assim como as idéias republicanas introduzidas por Benjamin Constant entre os jovens militares do exército, a extinção da escravidão e o anticlericalismo, colocam a monarquia do Império do Brasil em uma grande crise, que coincide em 1888 com a abolição da escravidão.

1889-1930: A República Velha.

No dia 15 de novembro de 1889, proclama-se a República. Essa Primeira República, ou "República Velha", será comandada pelos militares, estendendo-se até 1930.

Entre 1894 e 1930, desenvolve-se a denominada política do "café com leite" com supremacia dos estados de São Paulo e Minas Gerais, os dois estados mais densamente povoados do Brasil.

Os sucessivos presidentes, representantes da oligarquia cafeeira, alternam-se entre mineiros e paulistas. O primeiro governo republicano de 1891, com Deodoro presidente, termina em golpe de estado, assumindo o governo o marechal Floriano Peixoto, que enfrenta uma constelação de lutas regionais para dominar o poder nos Estados; entre elas a mais importante foi a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul (1892), violentamente sufocada pelo governo.

O voto universal para maiores de 21 anos é legalizado, mas instala-se o sistema de controle político baseado na atuação de chefes políticos, coronéis, currais e cabos eleitorais, o denominado "voto de cabresto".

Em 1894, elabora-se o Plano de nova cidade de Belo Horizonte.

Continuam as rebeliões. Neste caso a Guerra dos Canudos no Nordeste. Antônio Conselheiro luta para melhorar as duras condições de vida dos sertanejos, entre 1896-97. Em 1903, em Salvador, perto de 20.000 almas, seguidores de Conselheiro, são atacados e destruídos depois de vários intentos.

As crises cíclicas do café exigem um acordo financeiro com Inglaterra ("Funding Loan"). A situação é insustentável.

Em 1914, estala a primeira guerra mundial, manifestação das lutas dos impérios europeus, e em 1917 acontece a Revolução Russa, na qual, pela primeira vez no mundo, os proletários e suas organizações tomam o poder. EUA aparece como nova potência política, econômica e militar mundial.

No Brasil, continuam as lutas internas. Iniciam-se as revoltas de militares progressistas: Em 1910 a "Revolta da Chibata" liderada pelos negros trabalhadores dos navios e por João Candido, assassinado. Em 1920, o "Movimento dos militares Tenentistas" contra as oligarquias da época do café com leite, e, em 1922, a Revolta no Forte de Copacabana, Rio de Janeiro.

Sucedem-se em 1923, a Guerra Civil no Rio Grande do Sul, entre "pica-paus" contra "maragatos", assim como outras várias revoltas militares em outros estados, dentre as quais se destaca a "Coluna Prestes" que, depois dum grande percurso pelo Brasil, não consegue levantar o povo contra o Governo. O comunista Luiz Prestes abandona o país.

Os movimentos dos trabalhadores vão tomando força, destacando-se os anarquistas nas duras greves de Rio, São Paulo e Minas. Sindicatos e partidos da esquerda são fundados para defender os interesses dos trabalhadores explorados numa sociedade cada vez mais urbana e industrializada.

A industrialização dá um passo importante na República Velha, fundamentalmente no centro-sul, onde os empresários do café enveredam pelo campo industrial, favorecidos pelas fontes de energia e pelo amplo mercado de consumidores urbanos. A primeira guerra mundial favorece a produção e o consumo interno de produtos industriais brasileiros.

O 24 de Outubro de 1929, quinta feira negra, EUA e a economia mundial vá à quebra. Os efeitos deixam-se notar no Brasil, com grave quebra do comércio de café. O açúcar também diminui de preço pela competição das colônias americanas. Os antigos Engenhos dão lugar às novas Usinas. O cacau se expande na Bahia, enfrentando a partir de 1920 a concorrência africana. A borracha tem produção significativa até 1912, com o Brasil como grande produtor mundial. A competição das colônias asiáticas desbanca a produção brasileira.

O fascismo faz-se forte na Europa. Em 1922, Mussolini na Itália e, em 1933, Hitler na Alemanha tomam o poder. Em 1928, Getúlio Vargas, governador do Rio Grande do Sul, cria a Aliança Liberal junto a outros estados periféricos.

Paulistas e Mineiros estão divididos e, em 1930, Júlio Prestes é eleito o último presidente da República Velha, na hora em que se produzem levantamentos em diversos estados.

A revolução de 3 de Outubro de 1930 estoura em Minas, Rio Grande do Sul e Paraíba.

A forte crise econômica e social, demanda um governo forte. Vargas assume o poder do Governo Provisório. A Constituição de 1891 é suspensa.

1930-1964: Vargas e a Nova República.

Em plena crise do café (1929-31), os paulistas exigem uma nova Constituição. Vargas vence, em 1932, a inevitável guerra contra os paulistas. Em 1934, Vargas outorga ao Brasil, uma nova Constituição e Leis Trabalhistas e populistas.

O arquiteto franco-suíço Le Corbusier visita o Rio convidado pelo ministro da Educação Gustavo Capanema. A arquitetura moderna e o estilo racionalista entram pela sua mão no Brasil. Elabora-se o Plano da nova cidade de Goiânia.

Entre 1939 e 45, estala a segunda guerra mundial. Agora com a participação de EUA e Japão. Neste período, Vargas apóia uma forte intervenção do Estado na industrialização do país, criando entre outras as seguintes empresas públicas: O Conselho Nacional do Petróleo, (1940, futura Petrobrás), a Companhia Siderúrgica Nacional, para produção de aço (1941), e a Companhia Vale do Rio Doce de mineração (1942).

Depois do manifesto dos mineiros pela redemocratização do país, um golpe de estado depõe Vargas em 1945: Nova Constituição e Dutra como presidente da República. O governo rompe relações com a URSS, e é cassado e fechado o PCB.

Em 1950, Vargas é de novo presidente. Teme-se uma nova ditadura de Vargas. A oposição, ligada a empresários nacionais e transnacionais, financia a sua derrubada. O exército exige a demissão de Vargas. Na madrugada de 24 de agosto de 1954, Vargas se suicida.

1956-61: Juscelino Kubitschek, com apoio da coalizão PSB/PTB, é o novo presidente. Vargas continua governando depois de morto. Cria-se a Companhia Urbanizadora da Nova Capital Brasília.

EUA financia em 1960 o "Plano das Américas" para favorecer a industrialização dependente da América Latina, ligada aos interesses americanos. Brasília, a futura capital do Brasil, o projeto megalomaniaco de Juscelino Kubitschek, é inaugurada em 1961. Jânio da Silva Quadros é eleito o novo presidente.

As graves contradições da sociedade brasileira, cada vez mais dependente dos americanos, mais urbana e cultural e ideologicamente desenvolvida, onde os partidos e sindicatos da esquerda defendem os interesses das grandes massas trabalhadoras criadas pela industrialização, fazem que os militares mais retrógrados e subservientes ao imperialismo americano dêem, em 1964, um golpe militar: Castelo Branco é imposto como presidente.

1964-1984: A ditadura militar.

A nova ditadura militar chega na hora de aprofundar a política de segurança nacional (partidos e sindicatos são extintos) e a abertura da economia para o capital estrangeiro, especialmente americano.

Em 1964, funda-se o "Banco Nacional de Habitação" (BNH) e cria-se o "Fundo de Garantia pelo Tempo de Serviço" (FGTS).

Em 1964, cria-se também, o bipartidarismo da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e do Movimento da Democracia Brasileiro (MDB), ambos apoiando aos militares.

Em 1966, a oposição se articula na "Frente Ampla", com Lacerda como candidato a presidente.

Em 1967, uma nova Constituição é votada. Costa e Silva é o novo presidente.

Acaba-se com o federalismo e impõe-se uma forte intervenção do Governo em Estados e Municípios. Governadores e Prefeitos são nomeados diretamente pelos militares.

O "Ato Institucional número 5", o AI-5, é um golpe dentro do golpe. Institucionaliza-se a repressão da esquerda. Criação da "Aliança Libertadora Nacional" (ALN) por Carlos Marighela, como coalizão do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8). Enfrentamento da polícia e extrema direita com esquerdistas. Marighela e Lamarca apóiam a guerrilha urbana. Seqüestro de personalidades e troca por presos políticos. Criação dos órgãos de repressão do Governo (DOI) ou paramilitares (OBAN de São Paulo).

Com Garrastazu Médici como presidente, em 1969, é seqüestrado o embaixador americano no Brasil pelo MR-8. Marighela é assassinado em São Paulo pela polícia.

Em 1970, novos grupos guerrilheiros atuam em Tocantins e Maranhão; é a Guerrilha do Araguaia.

Na década de 70, várias ditaduras militares são instaladas nos países latino-americanos, com o apoio dos EUA.

A greve dos trabalhadores no ABC Paulista em 1979 tem Lula como líder.

Em 1980, nasce o PT, Partido dos Trabalhadores, como aliança dos trabalhadores (em especial paulistas), dos intelectuais progressistas e da igreja da teologia da libertação.

1984-2006: A Democracia burguesa.

A anistia política do presidente Figueiredo põe fim ao bipartidarismo. Pulveriza-se a oposição em vários partidos: PMDB, PDT, PT, PC do B, PP, PDS, etc. Em 1984-85 a oposição unida apresenta a proposta de "Direitas já" com a chapa Tancredo Neves para presidente e José Sarney para vice, que toma posse em 15 de Março de 1985. Ante a morte de Tancredo, Sarney toma a presidência.

Em 1985, cria-se o MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A luta pela reforma agrária torna o MST um dos movimentos de massa mais importantes do país.

A nova Constituição de 1988, cria a República Federativa do Brasil. Iniciam-se as eleições livres para governadores e prefeitos.

A nova disputa eleitoral de 1989 é entre Collor e Lula. Collor, apoiado pela mídia e pelos interesses econômicos, vence.

Depois da queda do muro de Berlin, em 1989, desaparecem, em 1990, a URSS e o resto de países ex-socialistas. Nesse mesmo ano, os EUA declaram a guerra contra o Iraque. O "Tratado de Assunção" cria o Mercosul, a partir de 1994.

O escândalo do presidente Collor leva presidência a Itamar Franco em 1992. A situação econômica do Brasil é grave. Recessão, inflação, desemprego, etc.

Em 1994, Fernando Henrique Cardoso (FHC) é eleito presidente em briga acirrada com Lula. De novo a mídia e o poder econômico torcem por FHC. A jogada mestre contra a inflação galopante é o Plano Real. Cria-se uma nova moeda, o Real, atrelada ao dólar. R\$ 1,00 = US\$ 1,00. Mas a dívida externa continua crescendo: US\$ 150 bilhões.

FHC adapta Brasil aos novos tempos econômicos: Neoliberalismo e globalização, na era da informática e da tecnologia. Também do desemprego e do acirramento das desigualdades sociais. Do capital especulativo, não produtivo, das privatizações das empresas públicas brasileiras, da livre internacionalização do capital, da destruição da Amazônia.

Em 1998, FHC é reeleito depois de ter que mudar a Constituição.

Grave crise econômica, em janeiro de 1999, com forte desvalorização do Real, o Brasil não pode manter artificialmente os altos juros ao capital especulativo que vai embora, descapitalizando o país. O Real desvalorizou perto de 70%. Um novo acordo com o FMI, Fundo Monetário Internacional, permite a renegociação da dívida externa, que continua crescendo: US\$ 212,5 bilhões em 1998.

No novo milênio, FHC continua com a política subserviente ao FMI e aos americanos, pauperizando o povo brasileiro. Os escândalos do poder sucedem-se em cascata. Argentina, nosso sócio do Mercosul, entra em profunda quebra econômica depois de seguir os planos de ajuste estrutural do Fundo Monetário Internacional, FMI.

11 de Setembro de 2001. Atentado contra as Torres Gêmeas de Manhattan e ao Pentágono. Os EUA decidem pela retaliação contra os supostos culpados: os fundamentalistas muçulmanos do Afeganistão (seus antigos aliados contra os russos). Uma nova era de guerra e terror se inicia com imprevisíveis conseqüências.

1º de Janeiro de 2003, Lula é investido como presidente do Brasil.